

O GOVERNO PROVISÓRIO NACIONALIZOU

AS INDÚSTRIAS DOS CIMENTOS DA CELULOSE E DOS TABACOS

- SALÁRIO MÍNIMO 4.000\$00
- CONGELADOS OS SALÁRIOS A PARTIR DE 12.000\$00
- REMUNERAÇÃO MÁXIMA DE 35.000\$00

As importantes decisões do Conselho de Ministros restrito, a que presidiu o brigadeiro Vasco Gonçalves, e que dizem respeito à nacionalização dos sectores de cimentos, tabacos e celulose, bem como ao estabelecimento de um salário mínimo nacional de 4 mil escudos, correspondem a mais um importante passo no avanço do processo revolucionário português.

Não constituindo uma novidade, na medida em que já tinham sido preconizadas pelo Governo Provisório, as decisões agora levadas a cabo representam, sem dúvida, mais um reforço ao processo revolucionário, na medida em que satisfazem os interesses das classes trabalhadoras.

Ao mesmo tempo que estabelecia um salário mí-

nimo de 4000\$00, a partir de Junho próximo, o Conselho de Ministros decidiu também congelar as remunerações a partir de 12 mil escudos, até ao fim deste ano, ao mesmo tempo que estabelecia aumentos e benefícios para a função pública, o que significa uma despesa na ordem dos 4 milhões de contos anuais. Relativamente à remuneração máxima mensal foi estabelecida em 48 000\$00, que ficará, líquida de impostos, em 35 contos por mês. Relativamente aos aumentos do sector da função pública estes serão de tipo degressivo e fixados por uma comissão a criar por despacho conjunto dos ministros da Administração Interna e das Finanças e com a participação dos trabalhadores por intermédio das comissões sindicais. É fixado também um subsídio de férias correspondente ao vencimento do período de férias a que os funcionários tiverem direito (nunca inferior a 15 dias). A preocupação de os trabalhadores intervirem nos aumentos a fixar manifesta o respeito do Governo Provisório pelos interesses dos trabalhadores.

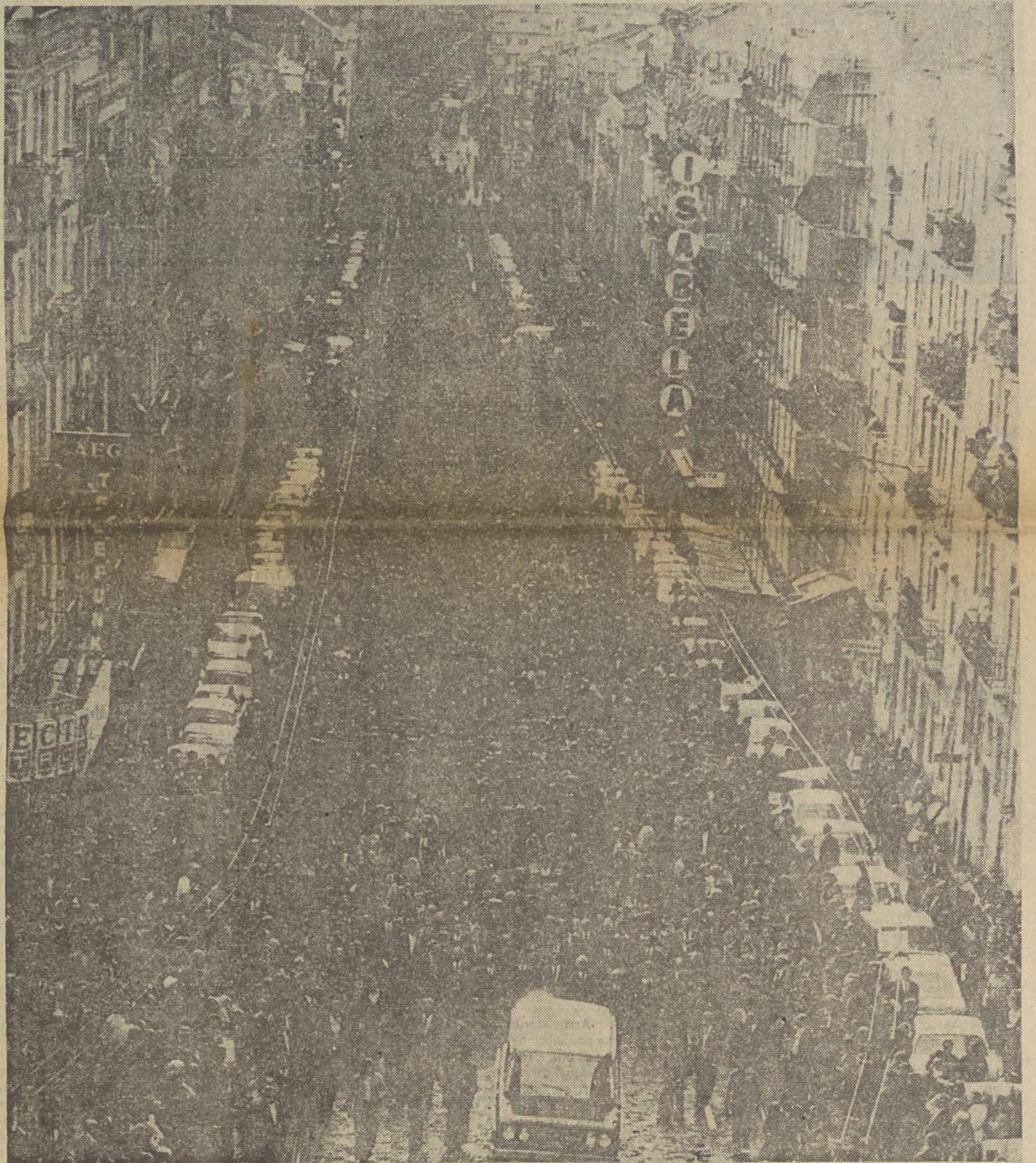
Também o reajustamento das categorias do pessoal docente, assunto que há já bastante tempo se fazia sentir, não foi esquecido e o diploma agora aprovado abrange pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos primário, secundário, médio e superior.

Os três ramos de actividade agora nacionalizados englobam as seguin-

tes empresas: Tabaqueira, SARL; Fábrica de Tabacos Micaelense, Lda.; as acções da Companhia de Tabacos de Portugal, SARL; as quotas da Sociedade Ultramarina de Tabacos, Lda.; as acções da Intar—Empresa Industrial de Tabacos, Lda., e as quotas da Empresa Madeirense de Tabacos, Lda.; Cí-Sul—Companhia Industrial de Cimentos do Sul, SARL; Cí-Norte—Companhia de Cimentos do Norte, SARL; Empresa de Cimentos de Leiria, Companhia de Cimentos do Tejo; Sagres—Companhia de Cimentos do Algarve; Cibra—Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos e as acções da Secil—Companhia Geral de Cal e Cimento; Companhia Portuguesa de Celulose; SOCEL—Sociedade Industrial de Celulose; Celtejo—Celulose do Tejo; Celnorte—Celulose do Norte; Celulose do Guadiana e as acções da Celbi—Celulose da Beira Industrial.

Em Portugal, um ano depois da revolução que libertou o País, estão-se já a dar passos firmes no avanço do processo revolucionário que nos conduzirá ao socialismo. Mas para que as medidas revolucionárias do Governo Provisório sejam uma realidade torna-se necessário que os trabalhadores respondam com a sua vontade revolucionária de ganharem a batalha da produção, contribuindo assim para que uma sociedade livre da exploração possa ser concluída em Portugal.

MORRERAM PEDRO SOARES E MARIA LUÍSA COSTA DIAS



GRANDIOSA HOMENAGEM DO POVO TRABALHADOR

Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias morreram. Mas, mortos, permanecem vivos no coração dos seus camaradas e do povo.

Perderam as vidas num brutal acidente cujas circunstâncias estão a ser apuradas. Esse facto contribuiu para aumentar ainda mais a consternação popular. Pode-se afirmar que nas despedidas que lhes prestou, o povo não exprimiu apenas carinho e admiração por dois combatentes exemplares. Viu neles também a imagem do nosso Partido.

Portugal está lançado numa grande Revolução. E a

classe operária, os trabalhadores, os democratas, o povo identificaram Pedro Soares e Maria Luísa com a sua própria Revolução, com as suas conquistas, com a vanguarda revolucionária em cujas fileiras eles viveram e lutaram durante décadas, criando condições para a vitória de Abril, que tornou possível a arrancada para a construção de uma sociedade a caminho do socialismo.

Foi um funeral diferente dos enterros habituais. Em primeiro lugar o carácter espontâneo da participação popular. A câmara ardente instalada no Pavilhão dos Des-

portos converte-se num pólo de convergência a que afluíram de todo o País dezenas de milhares de pessoas num lento e comovido desfile perante as urnas dos nossos camaradas.

O cortejo fúnebre a caminho do cemitério constituiu uma impressionante, nunca antes vista, homenagem do povo a dois revolucionários que, ao longo dos anos, duplamente unidos pelo amor e pela militância ao serviço da Humanidade e dos mesmos ideais, no seio do nosso Partido, souberam justificar as suas existências transitórias.

Um funeral de silêncio, com

bandeiras rubras do Partido enroladas, com um oceano de cravos vermelhos. Um funeral de confiança inabalável na vitória, no momento da dor e do adeus.

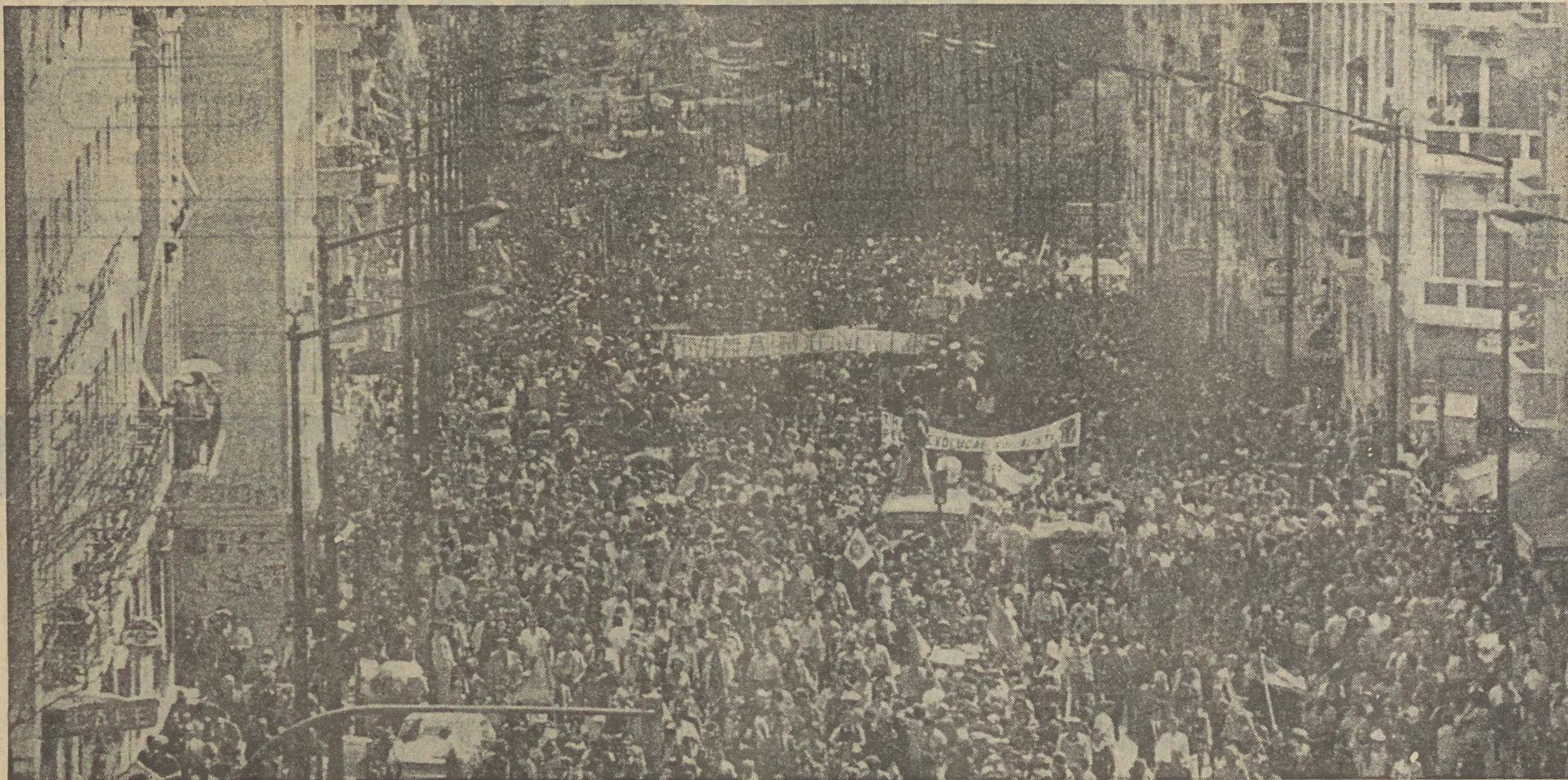
Como salientou o camarada Alvaro Cunhal, «só uma grande e justa causa como a causa do comunismo, só um partido revolucionário de vanguarda, como o Partido Comunista podem criar tais lutadores.»

Pedro Soares e Maria Luísa, recordou, viveram tempo bastante para verem brilhar o sol da liberdade, objectivo por que lutaram a vida inteira. Não viveram o suficiente

para contemplarem o sol do socialismo.

O povo sabia tudo isso. Sabe que o exemplo de ambos fica, que o nosso Partido fica. A batalha prosseguirá até à vitória final. O socialismo deixou de ser uma esperança no fim de um interminável túnel. Agora, será preciso viver bem pouco — nas palavras do Alvaro Cunhal — para não o vermos em Portugal.

O adeus nacional aos camaradas Pedro Soares e Maria Luísa reforçou a certeza do amanhã pelo qual soberam lutar como comunistas.



A classe operária, os trabalhadores portugueses da cidade e do campo, têm hoje nas suas mãos os destinos da Revolução. Compreendê-lo, ter disto uma exacta consciência, é de uma importância capital. A aliança Povo-MFA, conjugação harmoniosa das duas componentes motoras do nosso processo revolucionário, é a alavanca decisiva das transformações radicais da sociedade portuguesa actual.

Tem-o sido desde o 25 de Abril em momentos cruciais da revolução portuguesa e sê-lo-á, ainda, por todo um período histórico cuja duração não se pode determinar com rigor, mas se projecta para além da fase transitória que estamos a viver.

As componentes motoras do processo revolucionário têm uma natureza e uma textura diferentes. A componente militar, sofrendo embora um processo de transformação das Forças Armadas portuguesas de órgão basilar do aparelho de Estado monopolista, que eram, em órgão do aparelho de Estado democrático em transição para o socialismo, contém em si mesma elementos que lhe garantem uma certa homogeneidade política. A sua estrutura e disciplina hierarquizadas possibilitam-lhe uma certa unidade de acção para um objectivo determinado. Quando esse objectivo se chama a «opção socialista» do MFA, eis aí a essência revolucionária da componente militar.

A outra componente — o movimento popular de massas — reflecte de maneira mais sensível a diversidade das classes sociais empenhadas ou susceptíveis de empenhar-se no processo revolucionário. E, portanto, as suas contradições.

Os veículos organizados destas contradições de classe no seio do movimento de massas são, principalmente, os partidos democráticos que nele têm mais ou menos influência.

É uma realidade dia a dia comprovada pela luta que o movimento popular de massas tem a sua dinâmica própria. A acção dos partidos e organizações democráticas pode facilitar ou, pelo contrário, entrarav esta dinâmica, mas não a pode anular, desde que as forças autenticamente revolucionárias nela se insiram e exerçam o seu papel dinamizador.

///

Actualmente, devido à natureza diferente das duas componentes motoras do processo revolucionário, assiste-se a um desenvolvimento desigual, desequilibrado, do binómio Povo-MFA.

A componente militar distanciou-se mais. Depois da derrota da tentativa contra-revolucionária de 11 de Março, o MFA institucionalizou-se, democratizou mais as estruturas, definiu-se politicamente pela «opção socialista». Nas comemorações do 1.º de Maio, último, através do reconhecimento jurídico do papel da Intersindical pelo Conselho da Revolução e com a sua revolucionária iniciativa de vir à rua ombrear com os trabalhadores e com eles confraternizar, o MFA dinamizou-se ainda mais e fortaleceu os seus laços com o povo.

A componente popular que saiu revigorada da sua participação decisiva ao lado do MFA na vitória sobre a contra-revolução em 11 de Março, foi inversamente prejudicada na sua dinâmica pela forma como foi trazido a público o relatório da conspiração, por tudo o que dela omite, e, por outro lado, pelo empolamento artificial do eleitoralismo de alguns partidos da coligação inquinados de anticommunismo, um dos quais, tendo dado nos primeiros meses da revolução de Abril uma contribuição útil, se lançou ultimamente, a partir de posições de direita, numa descabelada manobra divisionista do movimento sindical e do movimento operário português em geral. São naturalmente causas subjectivas, mas é preciso não desprezar o seu grau de corrosão do movimento popular.

As causas principais são, porém, outras. A classe operária e todos os trabalhadores portugueses devem debruçar-se atentamente sobre elas, pois isso é indispensável para superar a desigualdade do desenvolvimento do movimento popular de massas em relação à componente militar.

A luta revolucionária nunca foi um processo rectilíneo. É um caminho sinuoso, cheio de curvas e contracurvas, de rampas e planuras e também de encruzilhadas. Exactamente o povo trabalhador de Portugal está

hoje diante de uma encruzilhada decisiva da sua luta revolucionária e é preciso que saiba escolher a direcção justa tanto mais que há «sinaleiros» que fazem da mentira e da mistificação a sua principal arma política e estão interessados em empurrá-lo na direcção contrária.

O amadurecimento do processo revolucionário, através da crescente participação das massas populares nas grandes soluções políticas e das sucessivas derrotas da reacção, em Julho e Setembro, e, particularmente, em 11 de Março, possibilitou e tornou imperiosas as medidas antimonopolistas promulgadas pelo Conselho da Revolução e o Governo Provisório. Deu-se, em consequência, uma mudança qualitativa que exige agora um reajustamento ao nível da consciência e das acções das massas populares.

Este reajustamento tem de ser feito sem perdas de tempo, sob o risco de comprometer as conquistas revolucionárias do 25 de Abril.

Há uma perda de ritmo em relação ao processo depois do 11 de Março, uma perda consubstanciada em atrasos na criação das estruturas adequadas às novas medidas estatais de nacionalização dos sectores-chaves da nossa economia e de abertura à Reforma Agrária; na assimilação da natureza e verdadeiro alcance político e social dessas medidas, e ainda nas dificuldades de adopção de uma atitude nova na frente da produção e do trabalho.

///

E, entretanto, o sucesso das nacionalizações e da política de Reforma Agrária nas regiões do latifúndio depende, fundamentalmente, da capacidade de resposta da classe operária, dos assalariados agrícolas e dos camponeses pobres e da sua luta pela crescente democratização do aparelho de Estado.

É preciso que a classe operária se capacite, urgentemente, do carácter e da profundidade das transformações havidas.

Para muitos trabalhadores menos esclarecidos nada de novo se passou ao nível das grandes empresas. A nacionalização da Banca e dos Seguros, dos Transportes, da Energia, da Química e Petróleos, dos Cimentos, da Celulose, dos Tabacos e outras, não significa senão uma simples mudança de patrão. Aliás, certos dirigentes socialistas, entre eles o secretário-geral do PS, dr. Mário Soares, alimentam proposadamente esta confusão com as alusões descabidas a um «capitalismo de Estado», que sucederia ao capitalismo monopolista, em resultado das nacionalizações. Esquece-se o dr. Mário Soares que este «capitalismo de Estado» retirou, para já, aos monopólios, a sua maior arma de domínio da economia portuguesa e que as nacionalizações se inserem num regime de transição que aponta ao socialismo.

Para o sucesso desta política antimonopolista e anti-latifundista de nacionalizações e de expropriações é indispensável que os trabalhadores a tomem nas suas mãos, como apela o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, e a façam sua. E é também indispensável que os administradores pelo Estado, nas empresas nacionalizadas, sejam homens de confiança dos trabalhadores, integros e devotados ao processo revolucionário.

Não basta aos operários e empregados das empresas nacionalizadas a preocupação exclusiva de criação de organismos unitários para novas formas de gestão. Aliás, também aqui o dr. Mário Soares, numa indicação clara da sua opção de classe, fala em «autogestão», uma fórmula que na prática deixaria intacta a questão da propriedade dos meios de produção nas mãos dos seus possuidores capitalistas.

Sim, é preciso criar comissões de trabalhadores e de delegados sindicais para as diversas funções nas empresas nacionalizadas, inclusive para a efectivação do controlo operário em todo o processo de produção e de administração mista das empresas, mas é também preciso formar rapidamente quadros dirigentes operários que dominem muito bem o conjunto dos problemas da sua empresa e mereçam a inteira confiança dos seus companheiros de trabalho, que sejam bons técnicos e bons administradores, mas que tenham também, sobretudo, uma sólida formação de classe.

Na aplicação das medidas de Reforma Agrária colocam-se igualmente problemas difíceis. Levantar-se-ão problemas de demarcação das propriedades, de colheitas, do que está na terra, de remunerações imediatas de quem trabalha, etc. Mas é preciso também, e sobretudo, ajudar os camponeses a encontrar as formas de exploração das terras expropriadas dos grandes latifundiários. Não basta aconselhar a formação de cooperativas: é necessário todo um programa de ajuda multiforme aos camponeses, em créditos, sementes, ajuda técnica e agronómica, preços, arrendamentos, etc. Levar as medidas de Reforma Agrária do Sul ao Norte, não para uma aplicação automática que o tipo das explorações, tão diferentes a Sul e a Norte do Tejo, além disso impediria, mas encarar com os próprios camponeses as medidas mais adequadas à defesa dos seus interesses numa perspectiva geral dos interesses de todo o povo.

Porém, nenhuma política resultará se da parte dos trabalhadores das fábricas e dos campos se não cimentar uma atitude nova na frente da produção e do trabalho.

A batalha da economia e da produção vai ser nos tempos imediatos o factor decisivo do processo revolucionário. Ou os trabalhadores encaram de uma forma nova a sua conduta no trabalho ou todos os esforços para levantar o nível de vida das classes trabalhadoras sosso-brarão.

A política de nacionalização dos sectores básicos e de expropriação dos grandes latifúndios, como formas de democracia económica apontando ao socialismo, deverá corresponder uma nova moral no trabalho.

Uma acção reivindicativa generalizada e irrealista que ponha em cheque a sociabilidade das empresas nacionalizadas, o nível do emprego, perigosamente baixo, e as exigências da produção nacional, como forma de aliviar a nossa dependência do estrangeiro, seria uma acção contrária à consolidação do processo revolucionário que só à reacção aproveitaria.

Nas últimas três semanas o País assistiu a um surto grevista e de incentivo à greve em alguns sectores da classe operária, dos empregados dos serviços e da função pública.

Tentou-se insinuar que a Intersindical e o MDP, e mesmo o PCP estavam a incentivar o movimento grevista com o claro objectivo de enganar os trabalhadores e arrastá-los para um terreno falso.

O jornal «República» insinuava isto contra a Intersindical e dirigentes socialistas chegaram a acusar o MDP de ter lançado o apelo à greve na TAP. Nesta empresa, foi precisamente um trabalhador filiado no PS quem propôs no plenário dos trabalhadores a eclosão da greve, proposta que foi batida pela larguíssima maioria dos participantes.

Sabe-se, por outro lado, que a Intersindical — segundo o comunicado que publica no seu órgão, «Alavanca» — apenas se dispôs a apoiar os trabalhadores da indústria hoteleira, a pedido destes últimos, sendo completamente alheia ao desencadeamento da greve.

Greves como as dos trabalhadores camarários do Porto são lançadas por mecanismos alheios às estruturas sindicais e unitárias existentes. A equívoca declaração de um dirigente socialista muito conhecido, acerca da greve dos trabalhadores camarários do Porto, não pode prestar-se a segundas interpretações.

Não será lícito pensar que este afã reivindicativo se destina a apoiar toda uma vasta acção divisionista contra a unidade do movimento sindical português e contra o próprio processo revolucionário, que se exprime numa curiosa exigência de eleições nos sindicatos, quando por lei elas deverão ser feitas nos 3 meses seguintes à sua aprovação pelo Conselho da Revolução?

Os trabalhadores devem estar vigilantes contra os falsos amigos, que, sob um inesperado interesse pela sua situação, aparecem agora a dividi-los objectivamente. E no fundo o pacto partidos-MFA que se visa à distância e a própria unidade da classe operária no imediato.

Como disse Álvaro Cunhal à cabeceira da urna de Pedro Soares: «É de particular importância a unidade das forças populares e democráticas». E com particular vigor: «A unidade da classe operária e das massas trabalhadoras nas empresas, evitando a divisão em grupos hostis e procurando sempre definir em comum uma orientação comum e uma acção comum».

«AS VIDAS DOS REVOLUCIONÁRIOS VALEM COMO SEMENTES NA VIDA DOS POVOS»

Um acidente brutal roubou ao nosso Partido e aos seus familiares os nossos queridos camaradas Pedro Soares e sua mulher, Maria Luísa Costa Dias.

Falar destes camaradas é falar de dois militantes comunistas de uma dedicação sem limites à causa da libertação do nosso Povo e do nosso país, à causa da liberdade e da justiça, à causa do socialismo e do comunismo.

Pedro Soares começou muito novo a sua actividade antifascista e cedo conheceu as prisões e as torturas com que a famigerada PIDE pretendia atemorizar e fazer recuar os que corajosamente lutavam contra o fascismo. Preso a primeira vez em Beja, quando era aluno dos liceus, em breve foi considerado pela polícia fascista como um dos homens mais perigosos que era necessário punir rigorosamente.

Pedro Soares foi, pois, um dos antifascistas que inauguraram o sinistro Campo de Concentração do Tarrafal, em 29 de Outubro de 1936. Entre os primeiros antifascistas de governo da Salazar arrancou do Aljube de Lisboa, do Forte de Peniche e de Angra do Heroísmo e atirou para o Tarrafal, com um plano de extermínio friamente estudado, estava o jovem estudante alentejano, combatente intrépido pela liberdade dos trabalhadores e de todo o nosso Povo.

Pedro Soares foi sempre um comunista estudioso, sedento de saber, combatente enérgico e decidido capaz de colocar sempre acima de tudo o que servisse à luta e que dedicara por inteiro toda a sua vida. Membro do Partido Comunista ainda novo, Pedro Soares compreendeu que só fortalecendo o Partido se pode servir eficientemente a luta em defesa dos interesses do Povo. E foi dentro desta linha de compreensão dos problemas políticos que ele sempre soube aproveitar — como frequentemente dizia — o contacto com camaradas como Bento Gonçalves, com quem conviveu e aprendeu nos vários anos que viveram no Tarrafal.

Pedro Soares, como todos os seus companheiros de prisão, passou os primeiros quatro anos do Tarrafal sujeito a trabalhos forçados violentos e castigos injustos e injustificados que outro fim não tinham que tentar quebrar a sua inquebrantável resistência moral. Mas contra a sua moral elevada, contra a sua confiança no futuro e no Partido da classe operária, os castigos nada podiam, e só fisicamente podiam ter algum efeito no comunista convicto e dedicado que era o jovem estudante alentejano. Na verdade, Pedro Soares foi daqueles que melhor conheceram o campo de concentração do Tarrafal na sua realidade material e objectiva e no seu profundo significado político. Não foi por acaso que foi ele o autor do folheto «Tarrafal, Campo de Morte Lenta», o primeiro documento editado pelo nosso Partido que explicava o que era e como era o Tarrafal. Tendo bem gravado no espírito toda a tragédia vivida no Campo de Concentração, onde tinha visto morrer dezenas dos seus camaradas de cativeiro, Pedro Soares considerava muito séria a necessidade de chamar a atenção do Povo Português e do Mundo para a realidade que era o Tarrafal e os métodos de extermínio dissimulado que o fascismo salazarista ali praticava.

Em Junho-Julho de 1940, numa chamada amnistia, Pedro Soares, Militão Bessa Ribeiro e mais algumas dezenas de presos do Tarrafal regressaram, finalmente, a Lisboa e eram restituídos à liberdade. E foi precisamente nessa altura que eu, chegado ao Tarrafal em 28 de Junho de 1940, ali conheci pessoalmente o jovem Pedro Soares, o alentejano nascido como eu no concelho de Beja. Desta vez, apenas convivemos um dia e meio. Não fiquei a conhecer muitos dos camaradas que regressaram, pelo pouco tempo que tivemos de convívio, mas fiquei a conhecer bem Pedro Soares, com quem tinha falado muito dos problemas e das lutas dos camponeses da nossa região.

No momento em que falámos, dessa vez, Pedro Soares ainda não sabia que ia regressar e seria libertado. Mas falava com alegria, confiante no futuro. Para ele a nossa vitória sobre o fascismo era certa. A segunda guerra mundial tinha começado e ele, como muitos outros camaradas, já muito isolados do mundo, fez-me muitas perguntas sobre a marcha da guerra. Mas já então, Pedro Soares não acreditava numa vitória total e definitiva do nazismo. Ele acreditava na vitória das forças do progresso, ele tinha confiança na União Soviética, na altura ainda não envolvida na guerra. Regressado do Tarrafal e restituído à liberdade, Pedro Soares retomou os seus estudos universitários, não para deixar de lutar, não para se entregar à solução exclusiva dos seus problemas pessoais, mas para continuar a luta. E foi como militante activo do nosso Partido que Pedro Soares foi preso em 1942 e enviado uma segunda vez para o Campo de Concentração do Tarrafal em 1943. Foi desde este momento até fins de Janeiro de 1946 que no Tarrafal mais convivi com o camarada Pedro Soares.

Nada tinha perdido do seu entusiasmo e da sua confiança de sempre. Pelo contrário, todos nós ao ouvi-lo — sempre com prazer — ficávamos com a certeza de que o nosso Pedro — como alguns camaradas diziam — vinha mais robusto, politicamente, ainda mais esclarecido, ainda mais confiante.

Agora ele, recém-chegado do continente, quem nos dava notícias frescas da guerra e quem, como antes, nos falava da sua confiança na força e heroísmo dos povos da União Soviética.

O Tarrafal era o mesmo. Era o mesmo clima. Eram os mesmos cárceres fascistas. Foram mais de dois anos e meios de Tarrafal e de trabalhos forçados. Mas durante estes dois anos, 1943-45, pudemos assistir à derrota incondicional do nazismo e, em certa medida, à confusão que no fascismo português, e também no Tarrafal, veio trazer a derrota dos litiferos. Foi em consequência dessa derrota que Pedro Soares e mais algumas dezenas de camaradas regressamos do Tarrafal a Lisboa e à liberdade.

Mais uma vez restituído à liberdade, Pedro Soares, agora já acompanhado por Maria Luísa Costa Dias, sua mulher, vai para Moçambique com tarefas do Partido. Regressado de Moçambique em 1954 que mais uma vez somos companheiros de prisão no Forte de Caxias. É desta prisão e nome altura em que nos encontramos na mesma sala que Pedro Soares é transferido para o Porto com outros camaradas e é dessas prisões da PIDE, no Porto, que ele e o camarada Joaquim Gomes dos Santos se evadiram audaciosamente para, um e outro, voltarem à luta e ao seu posto de combate. Actuando mais uma vez na clandestinidade, activamente procurado, Pedro Soares é mais uma vez preso em 1958, agora no Forte de Peniche, onde temos a companhia do camarada Álvaro Cunha e outros: Joaquim Gomes, Jaime Serra, Guilherme de Carvalho e outros camaradas. E foi daí, dessa cadeia fascista, que nos evadimos em Janeiro de 1960. Dentro de um estivo que era o estilo do nosso Partido, estivo que lhe próprio ajudou a criar, Pedro Soares, como todos os outros camaradas, evadiu-se para voltar à luta, para se colocar mais uma vez e sempre ao serviço do nosso Povo, e do nosso nobre ideal. Nenhum risco, nenhum problema que não fosse a luta pela liberdade e felicidade do nosso Povo orientaram o condicionaram a sua vida.

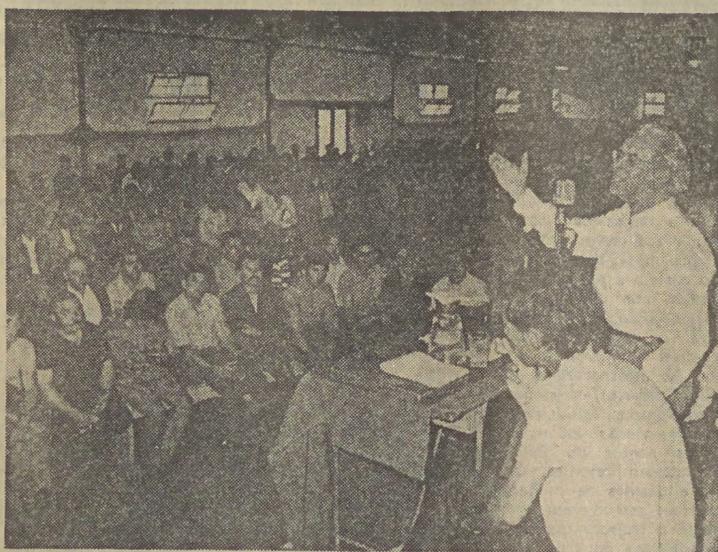
Quarenta e cinco anos de luta activa contra o fascismo. Mais de 40 anos nas fileiras do PCP que lhe ajudou a formar e fortalecer e onde, como todos nós, militava e foi educado como comunista que constantemente aprendia e enriquecia a sua experiência.

Pedro Soares era uma vida ao serviço da causa do Povo, uma vida ao serviço da liberdade, uma vida ao serviço de um mundo mais justo e humano. No camarada Pedro Soares tinha o nosso Partido um militante bem preparado e capaz de realizar um trabalho unitário que sempre foi necessário à luta do nosso Povo e no qual o nosso Partido sempre esteve empenhado. Pedro Soares compreendeu sempre a necessidade e as muitas possibilidades de unidade e cooperação entre os comunistas e os não comunistas, entre os comunistas e os católicos progressistas. E, aliás, essa uma das razões que explicam a sólida e estreita união que sempre existiu entre Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias, sua esposa a nossa camarada dedicadíssima. O comunista, profundo conhecedor da filosofia materialista, que cultivava e defendia, sempre se sentiu bem unido e colaborando com a comunista activa e católica que era a nossa querida camarada Maria Luísa Costa Dias. Pedro Soares e Maria Luísa eram um exemplo de um casal de comunistas inteiramente dedicados à luta pelos interesses do Povo, à luta por uma vida melhor para todos os trabalhadores. As suas vidas exemplares eram em si mesmas a solução do importante problema da unidade de quantos querem um mundo novo, sem explorados e sem exploradores, sejam quais forem as suas crenças religiosas, seja qual for a filosofia por que se orientem.

Lutando na clandestinidade contra a ditadura fascista que nos oprimia, Maria Luísa Costa Dias tinha a sua vida e a luta muito condicionada à vida e à luta do seu marido. Presa várias vezes com Pedro Soares, Maria Luísa passou a própria vários anos encarcerada, conheceu as torturas da famigerada PIDE e revelou uma coragem, uma força de vontade e uma dignidade que nem a polícia, nem os tribunais fascistas foram capazes de vencer. Maria Luísa, inteligente e activa como era, estava hoje na posse de uma grande e preciosa experiência política que lhe permitia realizar com brilho e eficiência mais tarefas importantes do que foi incombinável, quer no nosso país, quer no estrangeiro. Em Maria Luísa de Costa Dias tinham as mulheres antifascistas portuguesas uma das suas mais dignas representantes. Maria Luísa Costa Dias era um nome prestigiado e conhecido em muitos países do Mundo, onde ela falando ou escrevendo, deu a conhecer a vida e a luta das mulheres portuguesas. Com a saúde muitas vezes enfraquecida pelos muitos anos de cárcere, a comunista Maria Luísa nunca se poupava a esforços para cumprir cabalmente as suas tarefas no interesse dos trabalhadores, no interesse das mulheres e das crianças, no interesse dos explorados e oprimidos.

Dois vidas em luta por um Mundo melhor. Duas vidas em luta pelo comunismo, pela felicidade do género humano. Um magnífico exemplo de dedicação limitada à causa do Povo. E agora que o nosso país está libertado, agora que a ditadura fascista já não existe e que Pedro Soares e Maria Luísa tanto tinham para nos dar do seu saber e da sua experiência. Agora que com o seu entusiasmo nos ajudaram na construção de Portugal novo, um acidente brutal ceifou as suas preciosas vidas. Fisicamente estão mortos. O seu exemplo, porém, continuará conosco, como diz a canção: «Até os mortos vão ao nosso lado.» perante as duas memórias se inclinam as nossas bandeiras. Continuaremos a obra grandiosa que eles dedicaram por inteiro toda a sua vida. E esta a melhor homenagem que nós, comunistas vivos, podemos prestar aos dois comunistas agora desaparecidos.

FRANCISCO MIGUEL



PEDRO SOARES

Pedro Soares era alentejano. Nasceu em Trigachês, uma pequena aldeia da planície de Beja, há 60 anos. Uma Trigachês muito diferente da que Pedro Soares redescobriu em Abril, durante a campanha eleitoral, quando o povo saiu para as ruas, num verdadeiro festival comunista, a fim de aplaudir na pessoa do combatente que voltava à sua terra o partido revolucionário cuja luta ele simbolizava. Trigachês não era comunista durante a infância de Pedro Soares. Mas o meio social marcou fortemente a sua personalidade. Foi no Alentejo do latifúndio que ele começou a compreender o que era e significava a exploração do homem.

O ambiente familiar facilitou também a tomada de consciência, apressando a decisão que o levaria a consagrar a vida ao partido da classe operária e à luta pela libertação do povo português. O pai foi preso e deportado em 1931, o que reforçou o seu espírito combativo.

Com 16 anos já era um jovem antifascista consequente que sabia usar a sua incipiente cultura política, colocando-a ao serviço do povo. Escreveu então numerosos artigos em pequenos jornais de Beja e começou a colaborar na «República», numa técnica que o tornou mestre em furar as barreiras da censura salazarista. Em Lisboa, onde continuou os estudos liceais e se formaria em Letras, deu logo a sua adesão aos Grupos de Defesa Académica, a primeira organização unitária estudantil formada após o 28 de Maio. As tarefas que cumpriria proporcionaram-lhe uma experiência valiosa que lhe deu uma compreensão mais ampla das lutas que o movimento operário travava corajosamente contra o fascismo. Quando, pouco depois aderiu à Federação das Juventudes Comunistas tinha já adquirido uma sólida formação teórica através do estudo dos clássicos do marxismo-leninismo. Era um comunista preparado para servir o seu partido e desempenhar o papel que lhe cabia nas difíceis batalhas que se aproximavam.

Prisões, fugas e luta permanente

A primeira prisão não tardaria. Verificou-se em 9 de Março de 1934, durante uma manifestação de estudantes contra a chamada Acção Escolar Vanguarda, grupo fascista criado pela ditadura de Salazar. Libertado cinco dias depois, voltou a ser preso em Dezembro em consequência da actividade revolucionária desenvolvida entre os trabalhadores do seu Alentejo. Foi uma prisão mais séria. Pedro Soares foi brutalmente torturado, precisamente porque a polícia política compreendeu que era um comunista e se comportava como tal. Submetido a julgamento um ano depois pelo Tribunal Militar Especial foi condenado a 22 meses de prisão. Uma pena que os juizes fascistas consideraram suave, atendendo a que era menor! Mas a PVDE — antiga PIDE — discordou da sentença. No dia em que Pedro Soares devia ser restituído à liberdade foi enviado com cerca de 200 presos políticos para o Tarrafal, o sinistro campo da morte lenta. Foram cinco anos de inferno. Graças à sua constituição excepcionalmente robusta, Pedro Soares resistiu ao duríssimo regime de trabalhos forçados embora com a saúde muito abalada. Outros companheiros, mais frágeis fisicamente, não resistiram ao clima e às violências e Pedro Soares assistiu à sua morte lenta. Foi perseguido, torturado, punido pelos esbirros fascistas que não supor-

vam a sua fibra, a sua coragem, a sua exemplar dignidade. Como muitos outros fascistas agigantou-se na prisão. Confiava na causa dos trabalhadores, no seu Partido, no êxito da democracia, na edificação do socialismo e do comunismo.

Devolvido à liberdade em 1940 retomou imediatamente a luta. Voltou à clandestinidade. Participou activamente na reorganização do Partido, com os camaradas Militão Ribeiro, Álvaro Cunha, Sérgio Vilariques, José Gregório, Pires Jorge, Dias Lourenço e outros.

Militante revolucionário, mas também trabalhador intelectual com um conhecimento profundo do meio estudantil dirigiu, em 1942, a importante luta dos universitários contra o aumento das propinas medida que visava reforçar as características de uma universidade de classe. Foi novamente preso. Tentou evadir-se em 1943 da Fortaleza de Caxias, mas não teve êxito. O governo fascista reagiu, enviando-o outra vez para o Tarrafal onde permaneceu mais dois anos e meio.

Pedro Soares já conhecia o ambiente e a raiz de crimes que mandava no campo. Não conseguiram dobrá-lo. E, quando regressou a Portugal em Fevereiro de 1946, retomou logo a sua actividade no Partido. Era um patriota marcado pelo fascismo. Mas, só oito anos depois a Polícia conseguiu prendê-lo novamente. Entretanto, dessa vez em 1954, evadiu-se seis meses depois, com o camarada Joaquim Gomes, das prisões da PIDE, no Porto, para voltar à clandestinidade e ao trabalho revolucionário. Em 1958 a PIDE prendeu-o de novo também no Porto. Não o conservou, contudo, por muito tempo nas suas masmorras. As intransponíveis muralhas da fortaleza de Peniche foram transportadas por um punhado de comunistas. E Pedro Soares foi um deles. Só muitos anos depois, em Maio de 1974, no Portugal finalmente livre em entrevistas aos órgãos da Informação internacionalis contaria pormenores inéditos da farsa foga. Durante a descida pela corda de lençóis fabricada por Francisco Miguel, Pedro Soares bateu nos ramos da figueira e sofreu uma contusão no joelho que haveria de lhe provocar dores pelos anos fora. Mais uma lembrança da sua vida de resistente. Depois, o destino de sempre: o combate clandestino.

Missões no estrangeiro

Membro do Partido há 40 anos, membro do Comité Central há 22, Pedro Soares desempenhou ao longo da sua vida de militante as mais complexas e diferentes tarefas.

Uma delas permitiu-lhe conhecer e estudar em profundidade a exploração colonialista. Foi em 1947, quando o C. C. o enviou para Moçambique para realizar um importante trabalho partidário. Três anos de uma nova experiência numa vida rica de experiências revolucionárias. Nos anos 60, também em África, representou o nosso Partido em Argel como seu primeiro delegado na Frente Patriótica de Libertação Nacional. Nesse período reforçou os seus laços de amizade pessoal com dirigentes e militantes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO, alguns velhos companheiros dos tempos de estudante. Em Itália, igualmente, e um pouco por toda a Europa, Pedro Soares cumpriu nos últimos anos de luta clandestina importantes tarefas do Partido.

O trabalhador intelectual

Tendo sido responsável por vários sectores da actividade do Partido, o camarada Pe-

dro Soares não dispôs, pelas condições da luta clandestina, pela natureza e pelas exigências das tarefas a seu cargo, do tempo necessário para escrever sobre problemas teóricos que o fascinavam. Professor, nunca pôde leccionar; apaixonado pela história e pela filosofia, a sua vida de militante não lhe permitiu transformar em livros as ideias que sistematizara em torno de grandes temas. Contribuiu para fazer história, em vez de escrever sobre a história feita por outros. Mas a imagem do intelectual revolucionário, apesar disso, ficou também como exemplo de coerência, de ausência de vaidades, de firmeza de princípios. Autor de várias publicações, na sua obra destacava um trabalho sobre Bento Gonçalves, primeiro secretário-geral do nosso Partido e outro sobre a sua experiência pessoal no Campo do Tarrafal. Depois do 25 de Abril, a «Seara Nova», da qual era colaborador, editou o seu livro «Herdeiros e Continuadores do Anarquismo».

O seu interesse pelos problemas da Informação e o conhecimento amplo que tinha de questões relacionadas com a vida e a função social dos jornais evidenciaram-se durante os trabalhos da comissão redactora do Projecto de Lei de Imprensa, na qual participou como delegado do nosso Partido.

Responsável durante a clandestinidade, em determinado período, pela redacção do «Avante!», integrou-se, após 25 de Abril, na redacção do «Avante!» legal e, nos meses seguintes, foi um dos membros da nossa equipa até ser incumbido de novas tarefas pelo Comité Central. Aos 60 anos conservava um entusiasmo juvenil. Fazia uma reportagem ou uma entrevista com a mesma naturalidade com que escrevia uma nota editorial.

São apenas alguns apontamentos biográficos da camarada que desapareceu. O amigo querido que os trabalhou. res de Santarém elegeram deputado do povo, deputado comunista à Assembleia Constituinte. Pedro Soares, 40 anos de Partido, 22 de clandestinidade, outros tantos como membro do Comité Central, 12 anos de prisão, seis e meio no Tarrafal. Um revolucionário exemplar, um comunista!

MARIA LUÍSA COSTA DIAS

Maria Luísa Costa Dias, natural de Coimbra, era médica. Muito jovem ainda aderiu ao MUD juvenil, militando activamente nesta organização de unidade antifascista, que foi o pólo de atracção e o organizador das vontades então empenhadas na luta




 CÉLULA DA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES
 A TODOS OS TRABALHADORES ANTI-FASCISTAS

Morreram Pedro Soares, membro do Comité Central do Partido Comunista Português e sua companheira Maria Luísa Costa Dias. Desapareceram do nosso convívio mais dois camaradas, que à luta contra o fascismo e à causa da libertação das massas trabalhadoras dedicaram toda a sua vida. Intelectuais conscientes, recusaram sempre a vida fácil que o regime fascista sempre proporcionou aos intelectuais alinhados e fizeram a sua opção de classe colocando-se desde muito jovens ao lado das massas exploradas e oprimidas deste País. Esta opção de classe conduziu-os à clandestinidade, à prisão e ao exílio. Todas as privações suportaram com heroísmo, guiados simplesmente pela convicção de que estavam no caminho certo e de que a libertação do seu Povo merecia todos os sacrifícios. A morte encontrou-os quando regressavam de mais uma Reunião de Trabalho. Morreram como sempre viveram: trabalhando lado a lado com as classes trabalhadoras.

Por tudo isto, o seu desaparecimento significa que as massas trabalhadoras perderam dois dos seus incondicionais defensores.

A Célula da do Partido Comunista Português comunica a todos os trabalhadores progressistas que os corpos dos camaradas Pedro Soares e Luísa Costa Dias estarão depositados em câmara ardente a partir das 18 horas de hoje no salão nobre do Pavilhão dos Desportos, donde sairá o funeral, amanhã, pelas 18 horas com destino ao cemitério do Alto de S. João.

PRESTEMOS TODOS UMA ÚLTIMA HOMENAGEM AQUELES QUE DEDICARAM TODA A SUA VIDA ÀS LUTAS DAS MASSAS TRABALHADORAS.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA
VIVAM AS MASSAS TRABALHADORAS

As palavras serenas e precisas da classe operária revelam a realidade dos militantes e dos dirigentes do PCP. Reproduzimos um comunicado de uma célula do PCP sobre a morte dos camaradas Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias. Ocultámos o nome da fábrica: estas são palavras de todos os trabalhadores comunistas, palavras da vanguarda organizada da classe operária

MENSAGENS DE CONDOLÊNCIAS

Por motivo da morte dos nossos camaradas Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias têm chegado ao Comité Central do nosso Partido, à redacção do «Avante!» e a outras organizações do Partido inúmeras mensagens de condolências.

Até ao momento foram já recebidas várias centenas de telegramas da parte de entidades oficiais, corpo diplomático, partidos irmãos, organizações políticas portuguesas, organismos sindicais e comissões de trabalhadores, colectivas e organizações culturais, organizações do Partido, UJC e UEC e ainda mensagens individuais cuja relação transcuremos a seguir.

General Costa Gomes; Arnold Kalinin, embaixador da URSS; Dr. Butzke, embaixador da República Democrática Alemã; Francisco Astray Rodríguez, embaixador de Cuba; Nenko Tchundov, embaixador da República Popular da Bulgária; Ferenc Csaba, embaixador da República Popular da Hungria; Wojciech Chabanski, embaixador da República Popular da Polónia; Marin Iliescu, embaixador da República Socialista da Roménia; Partido Comunista de

Cuba; Partido Comunista Romano; Partido Comunista da Alemanha; Comité Central do Partido Comunista Italiano; Luca Pavolini, Director do «Unità», órgão do PCI; Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, pela Direcção Nacional do PAIGC e do Povo da Guiné e Cabo Verde; Comissão Central do Movimento Democrático Português; Comissão Distrital de Setúbal do MDP/CDE; Comissão Distrital de Santarém do MDP/CDE; MDP/CDE de Faro; MDP de Aveiro; Comissões Concelhias do MDP de Tarouca, Marinha Grande, Alpiçarra, Castro Verde, Alhandra, Tomar, das Bases de Arroios, Anjos, Lumiar e Ameixoira, da base de Londers e dos militantes MDP/CDE do Automóvel Clube de Portugal; Comissão Política da Frente Socialista Popular; Núcleo da FSP do Porto, célula FSP da Romar; Secretariado da Organização Regional do Porto do Movimento de Esquerda Socialista; Secretariado Nacional do Partido Socialista Português, Federações de Lisboa e do Porto do PS e as suas Secções de Setúbal, Covilhã, Beja, Bragança, Portimão, Guimarães, Elvas.

Abantes, Aljustrel, Alverca, Santa Marinha, S. Mamede de Infesta, Gerês, Chamusca, Vila Franca de Xira, Montijo, Marinha Grande, Seixal, Santa Iria de Azoia, Lapa-Santos, Campo de Ourique, Arroios e Alvalade; os núcleos do PS na EFl e na Petroquímica; Comissão Coordenadora Nacional dos Metalúrgicos Sociais; Juventude Socialista de Setúbal.

Rui Machete, secretário-geral-adjunto do PPD, Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PPD, Juventude Social-Democrática de Vila Franca de Xira.

Movimento Democrático das Mulheres e suas Organizações de Setúbal, Porto, Faro, Aljustrel, Montijo, Loures e Castelo Branco.

Secretariado da Intersindical; Sindicato das Artes Gráficas de Lisboa; Sindicato do Escritório de Lisboa; Comissão Sindical da Uti; Comissão de Classes dos Têxteis do Porto; Trabalhadores da Zona Têxtil da CUF do Barreiro.

No próximo número publicamos mais mensagens e telegramas de condolências.

do Partido Comunista Português, Maria Luísa participou na delegação portuguesa à Assembleia Geral da ONU, em Setembro-Dezembro de 1974. Representante das Mulheres Portuguesas na Federação Democrática Internacional das Mulheres, a nossa camarada, deu um importante contributo durante a campanha eleitoral, para o esclarecimento das mulheres em zonas do Norte, zonas que o fascismo manteve num opaco obscurantismo, que as forças da reacção se esforçam actualmente por manter.

Maria Luísa era católica. Foi-o toda a sua vida. Contrariamente às calúnias que as forças anticomunistas multiplicam pelo País, numa tentativa de afastar e voltar contra o nosso Partido as massas católicas, Maria Luísa não teve como é óbvio, dificuldades em ingressar no nosso Partido, nem a sua militância foi diferente da de todos os outros camaradas.

Maria Luísa morreu. Mas a sua vida é um exemplo de dedicação e activa participação na destruição do fascismo no nosso País e no lançamento das bases de um Portugal novo, um Portugal livre e democrático. A grandiosa obra em que se empenhou está bem viva, cresce e desenvolve-se, tem à sua frente amplas perspectivas.

«AS VIDAS DOS REVOLUCIONÁRIOS VALEM COMO SEMENTES NA VIDA DOS POVOS»



Camaradas e amigos:

É unidos no mesmo sentimento de solidariedade e de dor que acompanhamos hoje pela última vez e nos despedimos para sempre de dois irmãos de combate: Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias.

A perda é profundamente sentida pelos militantes que ao longo de dezenas de anos compartilharam com os camaradas agora desaparecidos a luta revolucionária, a clandestinidade, a prisão. E sentida pelos comunistas e pelos trabalhadores portugueses, que tinham nos dois camaradas grandes companheiros, amigos e defensores, e pelos familiares aos quais dirigimos também neste triste momento as condolências do Partido.

Trate-se de uma grande perda para o Partido numa situação favorável em que os dois camaradas entregavam generosamente as suas energias, o seu talento e a sua grande experiência à realização das tarefas da construção do novo Portugal democrático.

Todos sabemos porém, que aquilo que fizeram ao longo das suas vidas de revolucionários isso não está perdido, isso está e estará sempre presente na actividade do nosso Partido e na luta do nosso povo.

Feliz o Partido que ao fazer o balanço da vida dos seus militantes mortos, pode dizer de um, de Pedro, que, em 60 anos de vida consagrou mais de 40 à luta revolucionária que foi preso e torturado numerosas vezes e sempre suportou estoicamente a prova que passou 12 anos nas prisões que duas vezes se evadiu para voltar à luta que passou longos anos de vida clandestina, e que sempre esteve pronto a executar as tarefas que lhe foram confiadas e a executá-las com a dedicação, com a coragem, com a firmeza, com a alegria daqueles que na luta nada pretendem para si próprios, pois apenas pretendem servir o povo e o País.

E pode dizer-se de outro, de Luísa, católica e comunista, que, dum alto exemplo de dignidade e firmeza moral, soube vencer também de cabeça erguida as perseguições, a clandestinidade, a tortura e a prisão.

Só uma grande e justa causa, como a causa do comunismo, só um partido revolucionário de vanguarda como o Partido Comunista, pode criar tais lutadores.

Se tentos hoje assim nos unimos nesta grande expressão da solidariedade, é porque a família dos comunistas é a maior e a melhor, é uma grande família em que todos se querem e se respeitam como irmãos, em que a verdade, a lealdade, a ajuda recíproca e a comunhão de ideias e de actos, são as regras do comportamento e das relações humanas.

As vidas dos revolucionários valem como sementes na luta dos povos. O esforço e o trabalho tão intensos que se confundem com a própria vida, a coragem tão natural que não necessita de afirmar-se, os sacrifícios tão voluntários que são aceites com alegria, a vida inteira de luta e de combate dos militantes que desapareceram estão bem presentes na actividade actual do nosso Partido e estarão presentes na sua actividade futura, somando-se ao esforço, ao trabalho, aos sacrifícios, às vidas de luta de milhares de outros comunistas, aos quais, em conjunto, se deve uma importante parcela da liberdade que vivemos e do novo Portugal democrático que estamos construindo.

A luta dos comunistas na situação actual tem como objectivos a defesa dos interesses do povo trabalhador, a instauração de um regime onde estejam reconhecidas e asseguradas as mais amplas liberdades, a realização de profundas transformações económicas e sociais, rumo ao socialismo.

São estas as grandiosas tarefas do povo português no momento presente.

A revolução portuguesa está em marcha. Os trabalhadores portugueses, as massas populares em estreita aliança com o MFA, farão frente com decisão a quaisquer tentativas contra-revolucionárias, e não permitirão tão pouco que o eleitoralismo, num país ainda não inteiramente democratizado, venha a abafar a própria revolução.

Dadas as características originais da situação portuguesa, não só não queremos como, mesmo se quiséssemos não seria possível, a instauração de uma democracia formal, em que fosse conservado o poder económico dos monopólios e dos grandes senhores da terra. A revolução, na sua dinâmica própria, pôs como única alternativa ao povo português: ou o poder dos monopólios e grandes senhores da terra e uma diáspora reaccionária ou a democracia e a abolição do poder dos monopólios e dos latifúndios, com a realização de profundas reformas que conduzam Portugal ao socialismo. Não havia terceira solução. E a opção foi feita: a opção socialista.

Nós, os comunistas, queremos a democracia para o povo e não a democracia para uso exclusivo dos grandes senhores. Queremos liberdade para o povo e não a liberdade para explorar e para oprimir. Queremos que os recursos nacionais e o produto do trabalho sejam destinados ao bem-estar do povo e não aos consumos egoístas de parasitas milionários.

O objectivo do nosso povo não é a exploração capitalista encoberta pela palavra socialismo, mas o socialismo, na sua forma portuguesa, mas no seu conteúdo fundamental e universal: a abolição da exploração do homem pelo homem.

As vitórias alcançadas na luta contra a reacção desde o 25 de Abril, as resoluções históricas do Conselho da Revolução após o 11 de Março (a nacionalização da banca e de sectores-chave da vida económica nacional e as medidas de reforma agrária) abrem ante o povo português a real perspectiva da libertação política e social.

Mais felizes do que todos aqueles que lutaram e morreram durante a noite negra do fascismo, Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias viveram tempo bastante para verem brilhar em Portugal o sol da liberdade, objectivo por que lutaram a vida inteira. Viram realizado este grande objectivo da sua vida de militantes. Não viram outro que foi o norte da sua vida de revolucionários: o socialismo.

Hoje podemos porém afirmar: será preciso viver bem pouco para não ver o socialismo em Portugal.

A aliança do Povo-MFA tem sido a força motora da revolução. Nele está a chave dos êxitos alcançados. Nele está a garantia do sucesso futuro. Nessa aliança, é de particular importância a unidade das forças populares e democráticas.

A unidade da classe operária e das massas trabalhadoras nas empresas, evitando a divisão em grupos hostis e procurando sempre definir em comum uma orientação comum e uma acção comum.

A unidade sindical, na base do grande movimento da Intersindical e sindicatos associados, movimento forjado e desenvolvido sob a ressesão fascista, amassado no suor e no heroísmo de milhares de militantes e que depois do 25 de Abril continuou e continua a intervir no processo revolucionário como factor positivo de primeiro plano.

A unidade de todas as classes e camadas interessadas na construção do novo Portugal democrático: pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, intelectuais, artesãos.

A unidade das forças democráticas traduzida na sua cooperação na actividade diária face a problemas concretos.

A unidade da juventude trabalhadora e estudantil. A unidade das mulheres progressistas. A unidade do povo em luta por um futuro melhor.

Por esta unidade lutaram toda a vida, com o seu Partido, Pedro e Maria Luísa.

Por esta unidade continuaremos sempre lutando infatigavelmente. O Partido Comunista Português que já no tempo do fascismo era um forte Partido, com sólido apoio nas massas populares, é hoje um grande exército político da revolução.

Aos militantes experimentados e provados que vêm do tempo da clandestinidade, somam-se os milhares e milhares de novos militantes, que trazem consigo a nova experiência de vida e da luta nas condições do novo Portugal democrático, a determinação, a confiança e a alegria que dá a possibilidade de viver os admiráveis dias da liberdade que vivemos e de intervir activamente na construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

Confirmaremos pela nossa actividade os objectivos da luta dos milhares de comunistas desaparecidos. Construiremos a sociedade por que viveram e morreram gerações e gerações de comunistas, por que viveram e morreram Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias.

Ombro com ombro com o MFA e com outras forças revolucionárias, com a classe operária e as massas populares, vamos pelo caminho certo. Não o caminho duma sociedade capitalista reformada, mas o caminho duma verdadeira democracia e do socialismo.

É ao povo português que cabe decidir do seu destino. Será o povo que decidirá.

A vitória é difícil, mas é nossa.

Palavras proferidas por Álvaro Cunhal na cerimónia fúnebre

IMPRESSONANTE HOMENAGEM POPULAR

Pela primeira vez as bandeiras vermelhas, com os símbolos do nosso Partido, não desfaldaram, libertas, ao vento. Enroladas nos mastros e encimadas por fitas negras, as centenas e centenas de bandeiras que desfilarão no cortejo que acompanhou as urnas dos nossos camaradas Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias, simbolizavam a tristeza das dezenas de milhar de militantes que se incorporaram no funeral.

No mesmo local, onde pela primeira vez se realizou um comício do Partido Comunista Português, onde tinha ecoado a alegria e a força da liberdade reencontrada — o Pavilhão dos Desportos de Lisboa —, também ali os militantes comunistas e não só souberam manifestar o respeito do seu silêncio perante a morte de dois camaradas que nunca renunciaram à luta contra a opressão e a tirania.

Muito antes da hora marcada para a saída do funeral já vários milhares de pessoas se concentravam no Parque Eduardo VII, junto ao Pavilhão dos Desportos, numa impressionante manifestação de massas que se prolongaria durante todo o trajeto até ao cemitério do Alto de S. João.

Cerca das 18 horas, come-

çaram a movimentar-se os automóveis e as camionetas, em número de quatro dezenas, que transportavam coroas e ramos de flores. A seguir aos carros funerários prolongava-se um extenso cortejo a pé, que era precedido por uma numerosa delegação do Comité Central do nosso Partido. Impossível enumerar todos os que se incorporaram no desfile. Operários, camponeses, empregados, estudantes, delegações vindas dos mais variados pontos do País, todos estavam presentes. Dezenas e dezenas de milhar de pessoas percorreram lentamente o trajeto que se para o Parque Eduardo VII até ao cemitério do Alto de S. João.

Era impressionante o silêncio em que o cortejo decorreu, silêncio acompanhado pelos milhares de pessoas que estavam espalhadas pelos passeios e postadas nas janelas ao longo do percurso do funeral.

Avançando pela Avenida Fontes Pereira de Melo, Saldanha, Avenida da República, Avenida Duque de Ávila, Rua Visconde de Santarém, Rua Pereira Carrilho e Praça do Chile, até atingir a Rua Morais Soares, o cortejo levou mais de duas horas e meia a atingir a entrada do cemitério, onde, aliada, uma enorme multidão

se concentrava há já bastante tempo.

Lisboa assistiu, pela primeira vez, depois do 25 de Abril, a um desfile novo, nada semelhante às manifestações ruidosas e coloridas do nosso Partido, que

de pessoas que caminhavam unidas na última homenagem, ostentando bandeiras enroladas, transportando ramos de cravos vermelhos, evitando as palavras.

Foi enorme a multidão que acompanhou o funeral

te, o movimento se normalizou.

Numa última homenagem aos nossos camaradas, tão tragicamente mortos, milhares de pessoas tinham desfilado desde o fim da tarde de segunda-feira até à saída

cas — MDP, MDM, MES, FSP, LUAR, PS e PPD. Pouco antes de as portas do pavilhão serem franqueadas ao público, cerca das 19 horas de segunda-feira, coube ao camarada Alvaro Cunhal, acompanhado pelos camaradas do Comité Central, António Gervásio, Dias Lourenço, Sérgio Vilarigues, José Vitoriano, Octávio Pato, Carlos Brito, Jaime Serra, Carlos Costa e Blanqui Teixeira, o primeiro turno de vela.

Entretanto, foram em tal número os que afluíram ao Pavilhão dos Desportos desejando passar pela câmara-ardente, que se tornou necessário limitar a permanência a cinco minutos para cada delegação, enquanto desfilavam ininterruptamente milhares de combatentes antifascistas.

Uma das delegações mais emocionadas e que mais tempo permaneceu junto das urnas foi a constituída exclusivamente por companheiros de Pedro Soares nos anos passados no Tarrafal. Entre outros, faziam parte desse grupo António Marcelino Mesquita, Carlos Ferreira, Henrique Ochsenberg, Joaquim Amaro, Armando Tavares, Barata, Manuel da Graça e Joaquim Zacarias. Numerosos católicos se ajo-



Um aspecto das cerimónias religiosas do funeral de Maria Luísa Costa Dias

dos nossos camaradas Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias. Quando o início do cortejo se encontrava já na Praça Paiva Couceiro, muito próximo, portanto, do cemitério, as últimas pessoas abandonavam então a Avenida Duque de Ávila. Cordões de militantes, de mãos dadas, enquadravam todo o cortejo. E, quando as urnas passavam, centenas de punhos se erguiam por parte das pessoas que se encontravam nos passeios como derradeira saudação, a saudação comunista para aqueles que durante toda a sua vida nunca traíram as classes trabalhadoras.

Passava já das 20 e 30 quando o funeral começou a transportar os largos portões do cemitério. As duas urnas foram então colocadas numa peanha, rodeadas por uma multidão que enchia por completo o cemitério. O camarada Alvaro Cunhal proferiu um elogio aos seus companheiros de luta e que transcuremos noutra local. Depois dos preceitos legais, as urnas recolheram às campas, rasas, uma ao lado da outra.

As coroas e os ramos de flores, então, esconderam por completo a terra. Junto à entrada do cemitério a multidão continuava a aguardar a sua vez para poder entrar, e só muito tarde, cerca das dez horas da noite,

do funeral no Pavilhão dos Desportos, onde os corpos estiveram em câmara-ardente.

Centenas de ramos e coroas de flores foram tes-



Já dentro do cemitério, membros do Comité Central (na gravura Alvaro Cunhal e Carlos Brito) transportaram a urna de Pedro Soares aos ombros

temunho da homenagem prestada pelos militantes comunistas e muitas outras pessoas, e, ainda, pelas mais diversas organizações políti-

lharam junto à urna de Maria Luísa Costa Dias, enquanto militantes do nosso Partido erguiam o punho na saudação comunista.



Uma delegação do Comité Central do nosso Partido deu início à vigília que se prolongaria desde as 19 horas de segunda-feira até às 18 horas do dia seguinte



Companheiros de Pedro Soares no exílio do Tarrafal também estiveram presentes, durante a vigília



Uma delegação do COPCON esteve presente no Pavilhão, onde apresentou ao camarada Alvaro Cunhal as suas condolências

NOTAS DA COMISSÃO POLÍTICA

No dia em que o brutal acidente de viação vitimou os nossos queridos camaradas Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias, a Comissão Política do Comité Central do nosso Partido fez publicar a seguinte nota:

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português informa as organizações e membros do Partido, a classe operária, os trabalhadores, os democratas e o povo, que acabam de perder a vida num brutal acidente de viação, ocorrido às primeiras horas de hoje na auto-estrada do Norte, os queridos camaradas Pedro Soares, membro do Comité Central do Partido Comunista Português e Maria Luísa Costa Dias. Os camaradas regressavam de uma reunião partidária, realizada em Benavente, e eram transportados na viatura do camarada Luciano Falé, que se encontra hospitalizado com graves ferimentos e em estado de choque, esparando-se que recupere.

O carro causador do acidente foi um Mercedes, matrícula IL-86-81, cujos ocupantes desapareceram. O caso foi entregue às autoridades e está em averiguações.

Logo que seja possível, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português comunicará o local da câmara ardente e o dia e hora do funeral, por forma a que todos os militantes, simpatizantes e

amigos do Partido, todos os trabalhadores, todos os que desejem, possam prestar a merecida homenagem aos camaradas Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias, cuja vida foi inteiramente dedicada à causa da liberdade, dos interesses dos trabalhadores e do Povo Português.

Dois dias depois, em 12 do corrente, a Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, anunciando o funeral dos nossos saudosos camaradas publicava ainda esta nota:

Do Salão Nobre do Pavilhão dos Desportos para o Cemitério do Alto de S. João, realiza-se, na terça-feira, dia 13, às 18 horas, o funeral dos nossos camaradas Pedro Soares, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, e Maria Luísa Costa Dias, destacada militante do Partido.

A Comissão Política do CC do PCP enaltece o seu exemplo de militantes e de combatentes, cujas vidas foram inteiramente dedicadas à luta pela liberdade e pela democracia, pela paz e pela independência nacional, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e de todo o nosso povo. Pedro Soares e Maria Luísa foram abnegados lutadores pelos ideais do Socialismo e do Comunismo.

o fascismo aos 16 anos de idade. Foi preso 5 vezes, a primeira quando tinha 19 anos. Nestas várias prisões foi brutalmente torturado, desde ferozes espancamentos a cruel tortura do sono. Evadiu-se das prisões da PIDE em Outubro de 1954 para retomar o seu lugar na luta e voltou a evadir-se em 1960 da Fortaleza de Peniche com outros camaradas. Foi um dos reorganizadores da Federação das Juventudes Comunistas e, de modo particular, do sector estudantil de Lisboa. Participou na reorganização do Partido em 1941-42. Tinha 40 anos de Partido, 22 de vida clandestina e era membro do CC há 22 anos.

Maria Luísa Costa Dias começou também desde muito jovem a luta antifascista. Ainda nos anos 30 pertenceu ao Socorro Vermelho, organização internacional de solidariedade. Mais tarde viria a desenvolver grande actividade em campanhas nacionais e internacionais de solidariedade e pela libertação de presos políticos. Passou 7 anos nas prisões fascistas e viveu cerca de 20 anos na clandestinidade. Era membro do Conselho da Federação Democrática Internacional das Mulheres. A Comissão Política do Comité Central do PCP convida as organizações, militantes e amigos do Partido, e os antifascistas em geral, a fazerem-se representar ou a incorporarem-se no funeral dos nossos saudosos camaradas.

AOS POVOS, PARLAMENTOS E GOVERNOS

APELO DO COMITÉ CENTRAL DO PCUS, DO PRAESIDIUM DO SOVIETE SUPREMO E DO GOVERNO DA URSS

Terminou há trinta anos a mais sangrenta e devastadora guerra da História do Mundo. A vitória sobre o fascismo e o militarismo alcançada nesta guerra tornou-se um marco decisivo nos destinos da Humanidade.

Na memória dos povos amantes da paz, a guerra deixou um profundo sentimento de orgulho, mas também um profundo sentimento de luto.

Um sentimento de orgulho porque foram então derrotadas as forças que, sob a bandeira negra do fascismo, do racismo e do chauvinismo, quase conduziram povos inteiros à escravidão.

Um sentimento de luto porque a vitória foi conquistada por um preço extraordinariamente elevado. Foi conquistada à custa da vida de dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças, de gigantescas destruições, da ruína de muitos Estados.

É imensa a amplitude das perdas sofridas. É incalculável o peso dos sacrifícios realizados. Mas essas perdas e esses sacrifícios não foram vão.

Soldados de todos os continentes que lutaram contra as tropas da Alemanha hitleriana e do Japão militarista, guerreiros combatentes da Resistência, antifascistas que lutaram na clandestinidade, homens que forjaram a vitória na retaguarda, nenhum se poupou a sacrifícios até o da própria vida, nas batalhas travadas em defesa das suas pátrias, dos seus ideais, dos seus lares, das suas famílias. Queriam destruir para sempre o fascismo e o militarismo, libertar para sempre a Humanidade dos horrores da guerra. Travaram uma gloriosa batalha, esperando e sonhando conquistar uma paz duradoura, justa e democrática. E os seus heróicos esforços deram frutos: conduziram a extraordinárias alterações de que resultaram mudanças sociais e políticas do maior significado e, pela primeira vez na História, foram criadas condições objectivas para banir da vida da Humanidade a tragédia de uma guerra mundial.

política mundial; da liquidação do neocolonialismo e de qualquer discriminação contra um país ou outro;

— pela criação de um clima internacional no qual os agressores potenciais e os amantes de aventuras e de ameaças baseadas nas armas de frente de todos os lados uma resistência decidida e em que a segurança e confiança no futuro pacífico se tornem realmente património de todos os países e povos.

Em nome dos 250 milhões de soviéticos dirigimo-nos a todos aqueles para quem é caro o futuro do nosso planeta: apliquemos todos os esforços para que este futuro seja pacífico.

A paz sólida, a liberdade dos povos, é o mais digno monumento aos caídos na guerra.

A paz sólida, a liberdade dos povos, é o ideal imperável que inspirou os heróis da luta contra o fascismo e que nos inspira.

Façamos tudo para que este ideal seja a lei inabalável da vida da Humanidade.



O camarada Arnold Kalinin durante a conferência de imprensa realizada na semana passada para assinalar o 30.º aniversário da vitória sobre o fascismo

O trigésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial é um aniversário especial. Comemoramos esta data num ambiente novo e mais favorável. A Europa e todo o Mundo no seu conjunto aproxima na prática da realização daquele elevado objectivo por que ansiaram os povos da coligação anti-hitleriana. Fortalecem-se cada vez mais as relações entre os Estados os princípios da igualdade de direitos, do respeito pela soberania e da recusa ao emprego da força.

O caminho percorrido até aqui não foi fácil. Ao longo destes trinta anos foi conduzida uma luta difícil e tenaz. E esta luta ainda não terminou.

A guerra fria entrou durante dezenas de anos a edificação da paz. Os círculos reaccionários e agressivos tentaram pela força impor ao Mundo uma ordem que contraria radicalmente os interesses dos povos e do progresso social. Isto provocou uma corrida aos armamentos que jamais fora vista e, com a utilização das modernas conquistas da ciência, conduziu por mais de uma vez o Mundo à beira de uma nova catástrofe bélica.

No globo terrestre acabou, em princípio, a dominação colonial directa que representava uma constante fonte de aguda tensão e uma razão legítima de luta armada dos povos oprimidos pela sua libertação nacional. Desagregou-se o último império colonial — o de Portugal.

Todas estas importantes mudanças exprimem e concretizam a vontade dos povos de conquistarem a paz e o progresso. Provam que a prevenção contra as guerras entre os Estados não é uma utopia, mas uma perspectiva real e um objectivo com resultados possíveis de serem atingidos. Iniciou-se já uma profunda reconstrução do sistema de relações internacionais na base da coexistência pacífica. Ela pode e deve ser prosseguida e concluída. É uma exigência da memória dos que tombaram e uma exigência dos interesses vitais dos que vivem.

Na época actual, a paz é uma condição indispensável para o progresso social da Humanidade, para a garantia do direito soberano dos povos a construírem a sua vida conforme a sua vontade. Todo o desenvolvimento atingido nos trinta anos do pós-guerra é disso uma prova evidente.

Dirigimos este apelo a todos os Povos, Parlamentos e Governos e, em primeiro lugar, imediata e oficialmente aqueles que representam os seus Estados e a opinião pública dos seus países na cena internacional. Contamos com a sua resposta, digna da importância do problema e apelamos para as acções conducentes à edificação de uma paz sólida e segura.

AS COMEMORAÇÕES EM LISBOA DO TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA VITÓRIA SOBRE O NAZISMO

É preciso que as classes trabalhadoras estejam conscientes dos novos perigos, que olhem a realidade de frente para além dos programas aliantes e das propostas brilhantemente demagógicas. Os amigos, bem como os inimigos, revelam-se na prática diária e não através de verbalismos estéreis, sublinhou o brigadeiro Vasco Gonçalves, ao falar na sessão comemorativa do 30.º aniversário da vitória sobre o nazismo e do fim da segunda guerra mundial, realizada no passado dia 9, no Teatro S. Luiz.

A sessão, promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e pelo MFA, contou com a presença, além do Primeiro-Ministro, de várias individualidades nacionais e estrangeiras que, de uma forma ou de outra, simbolizam a luta dos povos contra o fascismo.

Após as palavras de abertura de Silas Cerqueira, foi aguardado um minuto de silêncio em memória dos combatentes antifascistas mortos.

Depois da intervenção de Vasco Gonçalves, vibrantemente aplaudido pela assistência que enchia por completo a sala do S. Luiz, intervieram vários antifascistas de diversos países, que assinalaram as constantes vitórias das forças progressistas de todo o Mundo em luta pela paz e pelo socialismo.

A segunda parte da sessão foi preenchida com actividades culturais.

Pela primeira vez no nosso país a vitória sobre o nazismo comemorou-se em liberdade. Portugal não entrou na guerra, mas soube o que foi o fascismo. Por isso estas comemorações foram sentidas de uma forma especial pelo nosso povo — agora mais do que nunca empenhado em construir uma sociedade sem exploração, a sociedade socialista.

Importante discurso de Vasco Gonçalves

O Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, pronunciou no decorrer da sessão um importante discurso, em que afirmou, nomeadamente:

Há trinta anos a Europa respirava, aliviada do pesadelo fascista, a esperança de que se o homem no futuro. Esse renascimento cimentava-se na luta e no sacrifício de milhões de pessoas originárias de todos os continentes. Tal devia bastar para que a Humanidade rejeitasse de uma vez por toda aquela aberração. Não houve, porém, onde a derrota de 1945 foi por longo tempo inconsequente. A Portugal as liberdades conquistadas pelos povos livres europeus só chegaram na madrugada de 25 de Abril de 1974. O povo português tem em relação a Europa um crédito de trinta anos de liberdade a lançar na conta do fascismo. A neutralidade na guerra de 1939-1945, para além dos benefícios imediatos, custou ao Povo Português um preço demasiado caro. A não participação no tremendo conflito foi ignobilmente explorada pelo governo fascista, no sentido de criar, num povo mantido em estado de atraso material e intelectual deplorável, a ideia do guia esclarecido e incontestável na defesa dos interesses da pátria. A partir daqui, todas as conquistas dos povos na sua marcha para a liberdade foram classificadas e apresentadas como passos na degradação de valores tradicionais, como maquinções diabólicas de inimigos, fomentando-se o individualismo pessoal e o isolamento nacional como últimos baluartes da dignidade humana.

A sombra desta enorme mistificação incentivou-se e desenvolveu-se o capitalismo mais retrogrado, num proteccionismo feroz à exploração desenfreada das massas trabalhadoras, e no compromettimento da independência nacional. O fascismo português atingiu tal grau de contradições que, criado pelo capitalismo para seu serviço, acabou por se tornar um obstáculo ao desenvolvimento desse mesmo capitalismo, ao ponto de originar uma boa aceitação do 25 de Abril

socialismo ou capitalismo. O MFA não faz revoluções contra o povo. Nunca na História se fizeram revoluções contra a vontade do povo. O que por vezes aconteceu foi classificar-se de revoluções as readaptações das classes dominantes. Mas é preciso que a vontade do povo coincida com os interesses do povo, sem o que essa vontade pode tornar-se objectiva e inconscientemente contra-revolucionária.

Os trabalhadores portugueses foram desde 25 de Abril de 1974 os grandes geradores da energia da revolução, com a qual nunca se teria materializado a união MFA-Povo. Seria trágico que esses mesmos trabalhadores comprometessem todo o processo, admitindo no seu seio o divisionismo, deixando galopar o oportunismo político, lutando entre si por questões de pomonor, ampliadas artificialmente para servir interesses que não são os interesses do Povo Português.

Uma revolução, por mais pura que seja a linha teórica, não sobrevive a completa degradação económica e, particularmente, a economia portuguesa não comporta mais contradições. Quem são as vítimas principais e quem recolhe os benefícios da desintegração económica do país é suficientemente claro, e os trabalhadores devem analisá-lo com a cabeça fria. A consciência revolucionária do povo, demonstrada em 28 de Setembro e em 11 de Março, não deve permitir que se deixe espalhar a revolução por baías, imediatas e exclusivamente utilitárias. Uma revolução no sentido do socialismo, como a nossa, implica o «controlo» progressivo dos meios de produção pelos trabalhadores, bem como a garantia de que as mais-valias criadas se aplicam em benefício da colectividade. Implica também a existência de uma democracia real aberta a todas as liberdades, excepto à liberdade de explorar. Nenhuma via socialista pode assentar em benefícios salariais imediatos, nenhum povo revolucionariamente consciente pode centrar a sua luta sobre o empolamento reivindicativo de tais benefícios. Temos uma necessidade premente de construir um aparelho produtivo sólido. O MFA tem dado sobejas provas de que esse aparelho não será posto ao serviço de classes privilegiadas, mas sim ao serviço da colectividade. A conjugação da vontade do MFA com a iniciativa criadora dos trabalhadores permitirá caminhar seguramente, e eliminar à partida qualquer equívoco sobre o processo. Para além disso, reivindicar o que a economia nacional não tem capacidade para conceder — e a economia nacional é fundamentalmente o somatório das economias das empresas —, conduz à contra-revolução, em detrimento dos trabalhadores. E a contra-revolução, perante uma economia deteriorada, não pode deixar de desembocar no totalitarismo fascista. Esse mesmo fascismo que a Europa varreu em 1945, e que não queremos de regresso à nossa pátria.

Vivam os resistentes portugueses antifascistas! Vivam os resistentes dos países amigos que vieram até nós! Vivam a paz e amizade entre os povos de todo o mundo!

DELEGAÇÃO PORTUGUESA PRESENTE NAS COMEMORAÇÕES NA UNIÃO SOVIÉTICA

A convite do Comité Soviético de Veteranos de Guerra, deslocou-se à União Soviética uma delegação portuguesa de Veteranos da Luta Antifascista, composta por Cecília Arioisa Feio, João Borba e Lino Lima, a fim de assistir em 30.º aniversário da vitória da Grande Guerra Patriótica do Povo Soviético sobre o nazifascismo, cujas comemorações se realizaram de 3 a 11 de Maio.

Delegações de veteranos da guerra e de resistentes antifascistas de países de todos os continentes participaram nas comemorações desta vitória cuja importância transcende o povo soviético, seu valoroso agente, para se inscrever numa memorável conquista do progresso e da paz a nível mundial. Rodeada de especial carinho, encontrava-se presente a delegação do Vietnam, cujo povo ganhou finalmente a liberdade após uma árdua luta contra o imperialismo americano. Entre as delegações encontravam-se resistentes da guerra civil espanhola, elementos das Brigadas Internacionais e personalidades de destaque dos governos locais das Repúblicas da grande URSS. Participou também nas comemorações a Federação Internacional de Resistentes Antifascistas.

de Novembro de 1942 a Fevereiro de 1943, as perdas totais do Exército alemão agressor atingiram 800.000 homens, 2000 tanques, 10.000 peças de artilharia, 3000 aviões, tendo ficado prisioneiros 100.000 soldados e oficiais alemães. Estas homenagens atingiram o auge na célebre Tanteia da cidade situada na colina de Mamaio.

Em nome da delegação portuguesa, João Borda saudou a União Soviética, que «já depois de 1945, por várias vezes, evitou o eclodir de nova catástrofe. Sois o grande baluarte da paz no Mundo e é a vossa grande força que põe em respeito o imperialismo agressor. Podeis orgulhar-vos neste 30.º aniversário da histórica vitória da Guerra Patriótica sobre o nazi-fascismo de terdes sido para os povos de todo o Mundo um exemplo vivo de humanidade e de progresso. Nós, portugueses, que nos libertámos há pouco do fascismo, sabemos bem quanto devemos à ajuda fraternal do povo soviético.»

A delegação portuguesa visitou ainda a Central Hidro-Eléctrica do Volga, a terceira a nível mundial e uma fábrica de tractores que emprega 27 mil trabalhadores, que no tempo da guerra reconverteu a sua produção para tanques, colaborando na defesa da cidade. Dos 148 operários que possuía, então, sobreviveram 23 que foram distinguidos com o título de combatentes.

A juventude soviética educada no culto da paz e da solidariedade internacional venera, profundamente, os heróis da guerra que arriscaram a vida pela manutenção do Estado Soviético.

Chegada a Moscovo no dia 7 de Maio, a delegação portuguesa participou nas cerimónias realizadas no Kremlin em comemoração da grandiosa vitória do povo soviético, por iniciativa do Praesidium do Comité Supremo dos Veteranos de Guerra, que é composto pelos camaradas general Batov, general Kuznetsov e pelo veterano Marevic. A delegação portuguesa, em contacto com militantes de todo o Mundo, representa um enriquecimento para o processo revolucionário português.

Saudação da delegação portuguesa à URSS, baluarte da paz

A nossa delegação visitou a cidade de Vológrado (antiga Estalinegrado) onde foi recebida pelo presidente do Comité Executivo Local e participou nas homenagens aos combatentes da gloriosa batalha de Estalinegrado na qual

A nossa delegação viu a cidade de Vológrado (antiga Estalinegrado) onde foi recebida pelo presidente do Comité Executivo Local e participou nas homenagens aos combatentes da gloriosa batalha de Estalinegrado na qual

A nossa delegação viu a cidade de Vológrado (antiga Estalinegrado) onde foi recebida pelo presidente do Comité Executivo Local e participou nas homenagens aos combatentes da gloriosa batalha de Estalinegrado na qual

em comemoração da grandiosa vitória do povo soviético, por iniciativa do Praesidium do Comité Supremo dos Veteranos de Guerra, que é composto pelos camaradas general Batov, general Kuznetsov e pelo veterano Marevic. A delegação portuguesa, em contacto com militantes de todo o Mundo, representa um enriquecimento para o processo revolucionário português.

Em nome da delegação portuguesa, João Borda saudou a União Soviética, que «já depois de 1945, por várias vezes, evitou o eclodir de nova catástrofe. Sois o grande baluarte da paz no Mundo e é a vossa grande força que põe em respeito o imperialismo agressor. Podeis orgulhar-vos neste 30.º aniversário da histórica vitória da Guerra Patriótica sobre o nazi-fascismo de terdes sido para os povos de todo o Mundo um exemplo vivo de humanidade e de progresso. Nós, portugueses, que nos libertámos há pouco do fascismo, sabemos bem quanto devemos à ajuda fraternal do povo soviético.»

A delegação portuguesa visitou ainda a Central Hidro-Eléctrica do Volga, a terceira a nível mundial e uma fábrica de tractores que emprega 27 mil trabalhadores, que no tempo da guerra reconverteu a sua produção para tanques, colaborando na defesa da cidade. Dos 148 operários que possuía, então, sobreviveram 23 que foram distinguidos com o título de combatentes.

A juventude soviética educada no culto da paz e da solidariedade internacional venera, profundamente, os heróis da guerra que arriscaram a vida pela manutenção do Estado Soviético.

Chegada a Moscovo no dia 7 de Maio, a delegação portuguesa participou nas cerimónias realizadas no Kremlin em comemoração da grandiosa vitória do povo soviético, por iniciativa do Praesidium do Comité Supremo dos Veteranos de Guerra, que é composto pelos camaradas general Batov, general Kuznetsov e pelo veterano Marevic. A delegação portuguesa, em contacto com militantes de todo o Mundo, representa um enriquecimento para o processo revolucionário português.

Importante discurso de Vasco Gonçalves

O Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, pronunciou no decorrer da sessão um importante discurso, em que afirmou, nomeadamente:

Há trinta anos a Europa respirava, aliviada do pesadelo fascista, a esperança de que se o homem no futuro. Esse renascimento cimentava-se na luta e no sacrifício de milhões de pessoas originárias de todos os continentes. Tal devia bastar para que a Humanidade rejeitasse de uma vez por toda aquela aberração. Não houve, porém, onde a derrota de 1945 foi por longo tempo inconsequente. A Portugal as liberdades conquistadas pelos povos livres europeus só chegaram na madrugada de 25 de Abril de 1974. O povo português tem em relação a Europa um crédito de trinta anos de liberdade a lançar na conta do fascismo. A neutralidade na guerra de 1939-1945, para além dos benefícios imediatos, custou ao Povo Português um preço demasiado caro. A não participação no tremendo conflito foi ignobilmente explorada pelo governo fascista, no sentido de criar, num povo mantido em estado de atraso material e intelectual deplorável, a ideia do guia esclarecido e incontestável na defesa dos interesses da pátria. A partir daqui, todas as conquistas dos povos na sua marcha para a liberdade foram classificadas e apresentadas como passos na degradação de valores tradicionais, como maquinções diabólicas de inimigos, fomentando-se o individualismo pessoal e o isolamento nacional como últimos baluartes da dignidade humana.

A sombra desta enorme mistificação incentivou-se e desenvolveu-se o capitalismo mais retrogrado, num proteccionismo feroz à exploração desenfreada das massas trabalhadoras, e no compromettimento da independência nacional. O fascismo português atingiu tal grau de contradições que, criado pelo capitalismo para seu serviço, acabou por se tornar um obstáculo ao desenvolvimento desse mesmo capitalismo, ao ponto de originar uma boa aceitação do 25 de Abril



Membros da delegação portuguesa que visitou a URSS na companhia de delegações antifascistas de outros países e antigos combatentes da União Soviética

O Programa do PCP está à venda nas livrarias e tabacarias

«AVANTE!» LEGAL TEM UM ANO

A 17 de Maio do ano passado, menos de um mês depois da queda do regime fascista, publicava-se o primeiro número do «Avante!» legal. Era uma data histórica para o nosso Partido, o glorioso Partido Comunista Português, e para o seu órgão central.

Após quarenta e quatro anos de publicação clandestina, sob as mais duras condições impostas pela feroz repressão, a nova situação criada no País, pela memorável arrancada dos heróicos militares do MFA, logo conjugada com o impetuoso movimento unitário das massas populares, tornava possível o aparecimento legal do nosso jornal, porta-voz das aspirações populares e defensor intransigente dos interesses de todos os trabalhadores.

A vida do «Avante!» sempre esteve indissolúvelmente ligada à vida do Partido Comunista Português, nos anos difíceis da luta contra o fascismo. Agitador e propagandista colectivo, veículo das orientações do Partido e instrumento preciso em todas as fases do combate dos nossos militantes e do povo contra a ditadura, o «Avante!» sempre soube cumprir a tarefa que lhe competia.

Nas novas condições da vida portuguesa, após o 25 de Abril de 1974, na luta pela revolução democrática e nacional a caminho do socialismo, também o «Avante!» tem procurado ocupar o lugar que lhe incumbe no

combate dos comunistas e do povo, no combate de todos os que verdadeiramente querem acabar com a exploração do homem pelo homem e construir o socialismo.

Ao cumprir-se um ano sobre a publicação do nosso primeiro número legal, não quisemos deixar de comemorar a data, pelo significado político que ela encerra. Porque fazer e editar o «Avante!», hoje como ontem, não seria possível sem a força e a implantação do nosso Partido, a firmeza e o empenhamento revolucionário dos militantes comunistas.

Pelo nosso lado, os que aqui trabalhamos, nas pequenas e grandes tarefas que todas as semanas tornam o jornal possível, queremos reafirmar a nossa determinação inabalável em continuar a caminhar em frente — a mesma determinação que outrora nunca deixou calar a Imprensa comunista, apesar das tipografias assaltadas e apreendidas, dos militantes presos ou assassinados.

Firmes, serenos e confiantes, unidos e organizados, nós todos, os que fazemos, distribuímos, lemos e utilizamos o «Avante!» saberemos fortalecer e melhorar cada vez mais o nosso jornal e, juntamente com todo o povo trabalhador, fardado ou não, saberemos, de vitória em vitória, conquistar para o nosso País a paz, a justiça, a independência — o socialismo!

• O primeiro «Avante!» legal

Depois de 43 anos de luta clandestina, surgiu no Portugal libertado do 25 de Abril o órgão oficial do Partido dos trabalhadores e da Resistência antifascista — o nosso glorioso «Avante!». Mais de meio milhão de exemplares não foram suficientes para corresponder à entusiástica procura da palavra impressa do Partido Comunista Português. Nas novas condições de luta, «Avante!» tornava o seu novo lugar.

• O VII Congresso

O VII Congresso (extraordinário) do Partido Comunista Português não foi apenas o primeiro realizado em liberdade, após a queda do regime fascista; foi também um congresso realizado num período histórico da vida nacional, em pleno processo revolucionário — a revolução democrática e nacional que nos há-de conduzir ao socialismo. Dele resultaram importantes decisões, na base de amplos debates realizados no interior do Partido. O congresso constituiu, também, uma pujante manifestação da força do PCP, da sua unidade interna, da confiança dos comunistas nos seus dirigentes. Féis ao seu passado e confiantes no futuro, os militantes comunistas afirmaram iniludivelmente a sua vontade de fazer avançar o processo revolucionário e de construir para o nosso País uma sociedade livre, próspera, independente, uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem — a sociedade socialista.

• Um ano de liberdade

No meio do vozear divisionista dos que pretendem, a todo o custo, fazer estacar o processo revolucionário, sabotar a economia portuguesa e cavar a divisão entre as forças democráticas e entre o movimento popular de massas e o MFA, o Povo Português saudou, calorosamente, o primeiro aniversário das jornadas gloriosas de Abril e Maio de 1974. Reflectindo o papel de vanguarda dos comunistas e do seu Partido em todo o processo revolucionário, «Avante!» dedicou ao aniversário do fim da ditadura fascista de Salazar e Caetano, bem como ao gigantesco comício do Estádio 1.º de Maio, páginas onde se assinalou o reforço que um ano de luta concedeu, ao factor decisivo do avanço do processo revolucionário em Portugal: a aliança Povo-MFA. As manifestações do dia 25 em todo o País, a participação de membros do Conselho da Revolução nas iniciativas levadas a efeito pela Intersindical no Dia do Trabalhador foram relatadas no órgão oficial do PCP como passos decisivos no caminho da Portugal para a democracia e o socialismo.

• O «Avante!» diariamente

Durante a campanha eleitoral, pela primeira vez ao longo de 44 anos de existência, «Avante!» saiu diariamente. Num índice claro da pujança e da influência do Partido de que é órgão, o nosso «Avante!» foi o único jornal partidário que todos os dias levou ao Povo Português a informação e a orientação de um Partido que travou durante três semanas uma decisiva batalha de esclarecimento e de mobilização. Centenas de milhares de exemplares do «Avantinho», como carinhosamente foi conhecido, assinaram e orientaram o prodigioso esforço dos militantes do PCP numa luta árdua contra a reacção, o obscurantismo e as provocações. Nas páginas do suplemento diário do «Avante!» se assinalaram as históricas medidas do Conselho da Revolução, nacionalizando sectores decisivos da economia nacional. Nas páginas do suplemento diário do «Avante!» se registou e incentivou uma iniciativa que deu uma nova face a milhares de ruas do nosso País: os maravilhosos murais de propaganda que o entusiasmo e a dedicação de andámonos artistas do Povo cobriram muros e paredes de cidades, vilas e aldeias. Também durante o suplemento diário do «Avante!», o órgão do PCP foi pela primeira vez impresso a cores, num número dedicado à Grande Festa Popular organizada em Lisboa.

• Com o MFA no Governo Provisório

Ao longo das sucessivas alterações do Governo Provisório, ao longo das vicissitudes políticas do processo revolucionário português, «Avante!» acompanhou sempre a evolução dos acontecimentos políticos, esclarecendo, através da publicação dos documentos do nosso Partido, através de editoriais e reportagem, a classe operária, os trabalhadores e todos os democratas sobre a evolução do caminho da democracia e sobre as tarefas que em cada momento garantiam a defesa dos interesses vitais do Povo Português. Reflectindo fielmente a orientação do Partido de que é órgão, uma constante nas palavras de «Avante!»: a defesa da aliança do Povo com o MFA, a defesa intransigente das liberdades contra todas as manobras reacçãoárias que visavam semear a divisão entre as duas componentes do processo revolucionário. Em situações complexas e delicadas, os portugueses encontraram nas páginas do «Avante!» as correctas posições do PCP, fosse na análise objectiva das realidades, fosse no indicar claro do caminho a seguir.

• 44 anos de luta

O «Avante!» legal comemora o verdadeiro aniversário do órgão do Partido Comunista Português: comemora os 44 anos de luta de uma voz jamais silenciada pela repressão, a luta heróica dos oobreiros do «Avante!» clandestino ao longo de 43 anos de combates e de vitórias. O número especial então editado recorda essa luta, enlaça as experiências e as perspectivas, recorda os heróis que não esqueceram o garante bem alto que A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS É NOSSA.

• A descolonização

Os passos decisivos dados pelo Movimento das Forças Armadas com o entusiástico apoio do Povo Português, para pôr termo à guerra colonial e garantir a independência às antigas colónias portuguesas encontraram nas páginas do «Avante!» um apoio tanto mais firme quanto se via concretizada e vitoriosa a orientação que nas páginas do «Avante!» de clandestinidade os comunistas sempre haviam defendido. As intransigentes posições do PCP acerca da guerra colonial e do direito dos povos

à independência viram-se concretizadas com o apoio do Povo Português, que, assim, viu terminar a criminosa aventura militar para que o fascismo o lançara. Tal como o PCP sempre afirmou, o fim da guerra colonial veio resgar amplas perspectivas de progresso para Portugal e cimentar a solidariedade entre os povos agora libertos da opressão fascista e colonialista. No campo internacional, o Povo Português reacquiriu o prestígio e a confiança dos povos amantes da Paz e, lado a lado com o MFA, deu passos decisivos no caminho da consolidação de um mundo pacífico e próspero. Num dos números de «Avante!», que assinala passos decisivos no caminho da descolonização, os comunistas portugueses lançam outro brado de internacionalismo proletário, de solidariedade com os povos oprimidos: anuncia-se a Semana de Solidariedade com o Chile e nessas páginas se faz a denúncia intransigente dos crimes hediondos da Junta fascista de Pinochet, que lançou o povo chileno numa das mais sangrentas tragédias por que o imperialismo é responsável.

• O 28 de Setembro

A reacção tenta o salto com uma manifestação provocatória: é o 28 de Setembro, é a manifestação da maioria silenciosa. Enquanto forças da própria coligação governamental se perdem em mais do que equívocas posições perante a manobra que se desenha, o PCP e o seu órgão assumem, decididamente, a vanguarda da defesa popular face à tentativa: o editorial do «Avante!» de 26 de Setembro afirma em título vigoroso: «Não à manifestação contra-revolucionária». No dia seguinte à derrota dos conspiradores, o jornal dos trabalhadores tira as lições das jornadas grandiosas das barragens e da mobilização popular e aponta o caminho para a consolidação da vitória e do futuro.

• Aliança entre operários e camponeses

O reforço da aliança entre o Povo e o MFA passa pelo reforço da aliança entre operários e camponeses, passa pelo fortalecimento e alargamento do movimento popular de massas, passa pela criação de estruturas orgânicas populares que aos interesses do Povo possam dar uma expressão amplamente democrática. A transcendente importância da realização dos Encontros de Pequenos e Médios Camponeses, o surgimento dos Sindicatos de Operários Agrícolas foram passos decisivos para o avanço da Reforma Agrária e no seu aparecimento desempenhou papel decisivo o Partido da classe operária que assim levou a todas as camadas antimonopolistas a experiência operária de organização e combate. O surgimento de amplas estruturas unitárias que dão expressão aos interesses de camadas antimonopolistas como os pequenos comerciantes e pequenos industriais, tal como o que sucedeu nos campos dos pequenos e médios agricultores, encontraram nas páginas do «Avante!» o relevo que lhe é concedido pelo processo revolucionário e que o PCP sempre tem defendido e levado à prática.

• O 11 de Março

Ao meio-dia de 11 de Março, a reacção passa ao ataque armado contra a democracia e a liberdade. Os monopólios e os latifúndios apoiados pelo imperialismo recorrem às armas, para conseguirem o que as suas torpes manobras anteriores não tinham ainda atingido: liquidar a democracia, estacar a Revolução. As 4 horas da tarde desse mesmo dia 11 de Março, quando a situação era ainda incerta, «Avante!» toma inequivocamente o seu lugar ao lado dos militantes comunistas e de todos os portugueses que barravam o caminho à aventura reacçãoária: um número especial de «Avante!», apenas com uma página, afirma categoricamente: «A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!» Na manhã do dia seguinte, é ainda o nosso «Avante!» que anuncia o triunfo da aliança do Povo com o MFA: «A REACÇÃO NÃO PASSOU!» Um dia mais tarde, o jornal da classe operária relata as grandiosas manifestações de regozijo pela vitória conquistada e leva ao Povo Português as palavras necessárias proclamadas pela direcção do nosso Partido.

• Unidade sindical

Após um amplo debate nos locais de trabalho e nos sindicatos, os trabalhadores portugueses manifestam, por esmagadora maioria, a sua vontade de que a unidade sindical seja consagrada na lei. São raras as vezes que se levantam contra. Posteriormente, porém, certas forças políticas desencadeiam uma feroz campanha contra a unidade dos trabalhadores, recorrendo a estratégias que mal encobrem os seus intuítos divisionistas. Mas a classe operária não se deixa enganar. E quando, no respeito pela vontade livremente expressa, a unidade sindical é efectivamente consagrada na lei, as manifestações de regozijo popular irrompem em todo o País.

• As nacionalizações

O passo decisivo dado pelo Conselho da Revolução, nacionalizando sectores decisivos da economia nacional, foi um momento histórico da Revolução Portuguesa, que o Povo saudou entusiasticamente. O apoio popular à opção socialista do MFA encontrou no «Avante!» o acolhimento que o papel de vanguarda do PCP exigia. A história do processo revolucionário e da luta do Povo Português é relatada nas páginas do jornal da classe operária.

• A campanha eleitoral

Simultaneamente com o seu suplemento diário, «Avante!» acompanhou a campanha eleitoral, divulgou a orientação e as palavras de ordem do Partido, acompanhou os candidatos comunistas, os deputados do Povo. Números especiais assinalaram a abertura da campanha e a apresentação de candidatos no maior comício partidário jamais efectuado em Portugal. Logo no dia seguinte às eleições, o órgão do PCP levava às massas a palavra firme e confiante do nosso Partido, a análise dos resultados eleitorais e a certeza de que o processo revolucionário português, consolidado ao longo de doze meses de luta contra as manobras da reacção, prossegue firmemente.

Avante! Proletários de todos os países, UNI-VOS!

O «AVANTE!» LEGAL!

OS COMUNISTAS NO GOVERNO PROVISÓRIO

OS TRABALHADORES E A INTERSINDICAL

O general Spínola na Presidência da República

• O primeiro «Avante!» legal

Avante! Proletários de todos os países, UNI-VOS!

FIRMES NOS PRINCÍPIOS, UNIDOS NA ACCÃO, CONFIANTE NO FUTURO.

O Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português foi uma apoteótica e fraternal jornada que comprovou a firme determinação do PCP na defesa dos supremos interesses dos trabalhadores e do Povo português, consolidou a Unidade das forças democráticas e manifestou a confiança dos comunistas no futuro de Portugal libertado

PROCLAMAÇÃO DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

• O VII Congresso

Avante! Proletários de todos os países, UNI-VOS!

25 DE ABRIL DE 1974 — 25 DE ABRIL DE 1975

UM ANO DE REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA A CAMINHO DA SOCIEDADE SOCIALISTA

11 DE MARÇO

COMEÇA A DESVENDAR-SE O QUE ESTEVE POR DETRÁS DA TENTATIVA DE GOLPE

PÁGINA 2

Relatório do MFA um mês depois da reacção

OS JOVENS COMUNISTAS CONFIANTE NO FUTURO

• Um ano de liberdade

Avante! Proletários de todos os países, UNI-VOS!

1.º DE MAIO OS TRABALHADORES PORTUGUESES COM O MFA RUMO AO SOCIALISMO

• O primeiro «Avante!» legal

Avante! SUPLEMENTO DIÁRIO 21 DE ABRIL DE 1975 Nº 15 Preço — 25\$0

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Depois de 43 anos de luta clandestina, surgiu no Portugal libertado do 25 de Abril o órgão oficial do Partido dos trabalhadores e da Resistência antifascista — o nosso glorioso «Avante!». Mais de meio milhão de exemplares não foram suficientes para corresponder à entusiástica procura da palavra impressa do Partido Comunista Português. Nas novas condições de luta, «Avante!» tornava o seu novo lugar.

CENTENAS DE MILHARES DE PESSOAS ASSISTIRAM AOS GRANDES COMÍCIOS DO PCP REALIZADOS NO FIM DE SEMANA

• O «Avante!» diariamente

Avante! SUPLEMENTO DIÁRIO 23 DE ABRIL DE 1975 Nº 17 Preço — 25\$0

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Depois de 43 anos de luta clandestina, surgiu no Portugal libertado do 25 de Abril o órgão oficial do Partido dos trabalhadores e da Resistência antifascista — o nosso glorioso «Avante!». Mais de meio milhão de exemplares não foram suficientes para corresponder à entusiástica procura da palavra impressa do Partido Comunista Português. Nas novas condições de luta, «Avante!» tornava o seu novo lugar.

PCP VOTA PCP

• O primeiro «Avante!» legal

Avante! Proletários de todos os países, UNI-VOS!

NOVO GOVERNO UMA FIRME ESPERANÇA

FAVORÁVEIS PERSPECTIVAS

COMUNICADO DA COMISSÃO POLITICA DO COMITÊ CENTRAL DO P C P

• Com o MFA no Governo Provisório

Avante! Proletários de todos os países, UNI-VOS!

POVO E FORÇAS ARMADAS UMA SÓ VONTADE

200000 pessoas reafirmam a sua fidelidade aos ideais da Democracia

Alvaro Cunhal

«É preciso andar para a frente»

• O primeiro «Avante!» legal

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

30000 TRABALHADORES RURAIS PRONUNCIAM-SE PELA REFORMA AGRÁRIA

44 ANOS DE LUTA

A CLASSE OPERÁRIA CONTRA A SABOTAGEM

AO SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA E DO POVO

NOTA DA COMISSÃO POLITICA DO CC DO PCP

EXORTAÇÃO AO POVO PORTUGUES

• 14 anos de luta

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

DECISÃO HISTÓRICA QUE MARCA O CAMINHO IRREVERSÍVEL PARA O FIM DA GUERRA COLONIAL

COMUNICAÇÃO AO PAÍS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

NOTA DA COMISSÃO POLITICA DO CC DO PCP

EXORTAÇÃO AO POVO PORTUGUES

• A descolonização

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES DE ALEGRIA DEVIDO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO À INDEPENDÊNCIA DOS POVOS DA GUINÉ-BISSAU, ANGOLA E MOÇAMBIQUE

QUEM ESTÁ INTERESSADO NA CRISE ECONOMICA?

COMICIOS DO PARTIDO COMUNISTA DE NORTE A SUL DO PAIS

• A situação económica

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

COMUNICADO DA COMISSÃO POLITICA

VIVA A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU! VIVA O POVO IRMÃO DA GUINÉ LIBERTADA! VIVA O PAIGC!

A GREVE NA TAP

OS SOLDADOS PORTUGUESES REGRESSAM AS SUAS CASAS AS SUAS FAMILIAS A SUA PATRIA, AO SEU POVO

• 11 de Setembro

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

NÃO À MANIFESTAÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

O ANTICOMUNISMO CONTINUA A SER UMA DAS PRINCIPAIS ARMAS DA REACÇÃO

A SITUAÇÃO NA TAP

A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU COMEÇOU O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO

CHILE: FASCISMO POR ENCOMENDA

• 23 de Setembro

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

A REACÇÃO NÃO PASSOU!

A decidida intervenção do Movimento das Forças Armadas e a acção enérgica das massas populares, a reforçada unidade das forças democráticas cortaram o passo às manobras reaccionárias e consolidaram o caminho da democracia em Portugal

NOTA DA COMISSÃO POLITICA

A UNIDADE DO POVO PORTUGUES FOI CONDIÇÃO DECISIVA DA VITÓRIA

• Aliança entre operários e camponeses

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

OS TRABALHADORES AVANÇAM NA LUTA ANTIMONOPOLISTA

1975

A UNIDADE DOS CAMPONESES PARA UMA VIDA MELHOR NOS CAMPOS

RECENSEAMENTO E DEMOCRACIA

REFORÇAR A ALIANÇA ENTRE OPERÁRIOS E CAMPONESES

UM SÓ CAMINHO: UNIDADE SINDICAL

PROVOCAÇÕES ESQUERDISTAS MANOBRAS REACCIÓNARIAS

RECENSEAR * ORGANIZAR * VENCER

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

REFORÇAR A ALIANÇA ENTRE OPERÁRIOS E CAMPONESES

UM SÓ CAMINHO: UNIDADE SINDICAL

PROVOCAÇÕES ESQUERDISTAS MANOBRAS REACCIÓNARIAS

RECENSEAR * ORGANIZAR * VENCER

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ! UNIDADE POVO-MFA!

UNIDADE DE TODAS AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS VERDADEIRAMENTE INTERESSADAS EM BATER A REACÇÃO

Ao Povo Português!

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ! A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS É NOSSA!

• 11 de Março

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O POVO E AS ARMAS DEFENDERAM A DEMOCRACIA

A REACÇÃO NÃO PASSOU!

É NECESSÁRIO MANTER BEM VIVA E ACTUANTE A VIGILANCIA POPULAR

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O MFA E O MOVIMENTO POPULAR BARRARAM O CAMINHO À REACÇÃO

Os factos impõem, no imediato: 1) a responsabilização e o castigo exemplar dos conspiradores da tentativa do golpe do 11 de Março; 2) um mais profundo saneamento em todo o aparelho do Estado, civil e militar; 3) a reorganização das forças militarizadas; 4) um decisivo impulso a política antimonopolista e antilatifundista; 5) medidas imediatas para contenção dos preços e para actualização de salários

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

UNIDADE CAMINHO DA VITÓRIA

Unidade sindical

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

A REVOLUÇÃO É IRREVERSÍVEL

O POVO DE LISBOA SAÍU PARA A RUA E SAUDOU COM ENTUSIASMO E ALEGRIA AS HISTÓRICAS DECISÕES DO GOVERNO

As nacionalizações

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

CANDIDATOS COMUNISTAS DEPUTADOS DO POVO

A campanha eleitoral

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

100 000 PESSOAS NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS DO PCP NO CÍRCULO DE LISBOA NO MAIOR COMICIO PARTIDÁRIO JAMAIS REALIZADO EM PORTUGAL

NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E SEGUROS - DOBRE DE ENFADOS DOS MONOPOLISTAS

O POVO ESTÁ COM O MFA O MFA ESTÁ COM O POVO

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS É NOSSA!

Os trabalhadores votaram pelo avanço da Revolução a caminho do socialismo, contra os monopólios e o latifúndio, contra a reacção, contra os compromissos com a direita, pelo reforço da aliança entre o MFA e o movimento popular de massas.

A vitória é difícil mas é nossa



Vasco Gonçalves aos escritores: «Sois vós que tendes de fazer a cultura, que tem de ser elaborada com o nosso povo, mas não de uma forma paternalista. É necessário mergulhar nas raízes do povo para o compreender o, depois, elaborar a cultura, do maneira a que o mesmo povo a compreenda.»

OS INTELECTUAIS TAMBÉM SÃO O POVO A REVOLUÇÃO PRECISA DOS INTELECTUAIS

O Povo Português é responsável pela Revolução iniciada em 25 de Abril. Há pouco mais de um ano é responsável pela tarefa que se propôs de construir um Portugal livre e democrático. E o povo somos nós todos, todos os que estão empenhados na luta por uma sociedade mais justa, por uma sociedade onde não exista a exploração do homem pelo homem.

Batendo-se, embora, pelo mesmo objectivo — o socialismo —, muitas são as frentes de luta desta batalha comum e quotidiana para levar a bom termo a nossa Revolução. «Operários da palavra», os escritores, os intelectuais têm também um papel a desempenhar no processo revolucionário em curso.

Tal como durante a ditadura fascista os escritores foram uma frente de luta e resistência, ainda que amadora, contribuindo de algum modo para a consciencialização e politização populares, também agora, ou agora mais do que nunca, lhes cabe a importante tarefa, lado a lado com as massas trabalhadoras e o povo em geral, de participar activamente na concretização da revolução cultural no nosso país.

Se por revolução cultural entendem-se o esclarecimento contínuo das massas populares, não apenas sobre problemas políticos e económicos

mas sobre todos os aspectos da vida quotidiana; o descobrir de formas simples e correctas de levar a cultura ao povo; e, acima de tudo, aprender a conhecer o povo para que a cultura que se elabore seja, efectivamente, uma cultura do povo e para o povo.

O recente Congresso de Escritores realizado em Lisboa, promovido pela Associação Portuguesa de Escritores, apresenta sem dúvida o primeiro passo para a participação efectiva e permanente dos Escritores Portugueses na consolidação da democracia em Portugal.

Se o primeiro objectivo deste Congresso foi a discussão dos problemas da literatura, a evolução da problemática cultural levou a que se procurasse ir mais além, concretamente na formulação de ideias «sobre o que se poderá entender por Revolução Cultural Portuguesa e sobre a posição do escritor e da escrita criativa nessa mesma revolução».

Totalmente subsidiado pelo MEC, o Congresso debruçou-se sobre os temas Ideologia, Revolução Cultural e Função do Escritor; Comunicação e Pedagogia da Literatura; Criação literária, sua Especificação e/ou Instrumentalização; e Crítica Textual.

A presença, na sessão de encerramento, do Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, do secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente e de elementos do Conselho da Revolução atesta a importância deste primeiro Congresso dos Escritores, que continuará durante mais quinze dias, pois em virtude do grande número de comunicações e das muitas intervenções dos assistentes do Congresso, não foi possível elaborar e apresentar conclusões. Considerando, porém, o extraordinário interesse do trabalho realizado neste fim-de-semana, no auditório da Biblioteca Nacional, foi decidido fixar um período de quinze dias durante o qual poderão ser enviadas à Associação propostas e moções, quer dos escritores, quer do público. Serão depois constituídos grupos de trabalho que reunirão o material existente, para ulterior publicação, possivelmente com a participação financeira do Ministério da Educação e Cultura.

«Vós sereis uma força motora na Revolução»

Ao falar na sessão de encerramento do Congresso, Vasco Gonçalves depois de saudar aqueles trabalhadores intelectuais, referiu-se ao significado do encontro, afirmando:

«Penso que este congresso é muito importante, porque terá permitido trocar impressões sobre a missão dos intelectuais na nossa Revolução. Os escritores, também nos ajudaram muito contribuindo para o amadurecimento das ideias do que fizeram a revolução portuguesa. Não obstante o abrutecimento imposto pelo fascismo, não nos devemos esquecer que o pensamento humano não pára.»

Referindo-se depois ao contributo dos escritores nas tarefas de esclarecimento junto do povo, salientou o brigadeiro Vasco Gonçalves: «A nossa Revolução precisa dos escritores, dos intelectuais, que devem estar muito ligados ao nosso povo.»

A propósito das dificuldades sentidas pelos escritores durante o fascismo, acentuou:

«Foi preciso ter uma grande ténpera para suportar o carácter absoluto da censura. As próprias condições em que os escritores viviam, obrigavam-nos a dar mais ênfase à forma do que ao conteúdo. A expressão da linguagem tinha de ser sofisticada para poder ser publicada e, assim, era percebida só pelos camaradas que a compreendiam quase como sinais ou hieróglifos. Nessas condições não era possível chegar ao povo. Tivemos na nossa geração o neo-realismo, traduzindo a maior generosidade, que constituiu um grande vector no sentido de uma cultura nacional, popular e antiburguesa.»

A questão de chegar ao povo ou de trazer o povo até nós está errada. A missão fundamental do escritor é tornar letrado o nosso povo, não só o povo analfabeto mas muitas outras classes, tornando-as conhecedoras e conscientes da importância social da nossa Revolução. As pessoas têm que dar uma grande importância à actividade espiritual revolucionária do homem, e vós podéis contribuir muito para isto. Temos à nossa frente uma tarefa comum, vossa e nossa, e é preciso encontrar as formas adequadas de a realizar. Venham para junto de nós contribuir para a Revolução do povo português. E premente levar a Revolução ao povo. Não nos devemos esquecer que teve 300 anos de inquisição e 50 anos de fascismo.»

«Importa separar o essencial do acessório»

E prosseguiu: «O nosso povo acredita em muitos mitos. Não se trata de substituir religião, trata-se de fazer um esclarecimento do trabalho quotidiano e galgar, assim, anos de atraso cultural. Não interessam as questões de forma, ou saber se vamos ao povo ou se é o povo que vem até nós. Interessava pensar que o conteúdo é o mesmo para todas as classes. Não pode haver um conteúdo para uns, e um diferente para outros, tornando-se necessário, sim, descobrir as formas adequadas e simples de levar a cultura ao público. A simplicidade não é fácil de alcançar. Isto não significa o abastardamento das formas, pois sabemos como é simples e acessível o Eça de Queiroz e o trabalho que ele tinha para chegar a essa perfeição e simplicidade de forma. Há, de facto, entre nós, uma cultura burguesa. Temos de separar o principal do acessório, tornando letrado o nosso povo esclarecendo-o na sua vida quotidiana, neste momento. Isto também não significa que o escritor vá falar e escrever apenas sobre problemas económicos e políticos.»

Interessa saber as relações entre os homens e as mulheres. As mulheres ainda não estão completamente libertadas, e elas sofrem quotidianamente pressões, mesmo dos homens mais democratas. É vasta a matéria, o que não significa, no entanto, que não haja pontos essenciais e secundários. Importa, sim, separar o essencial do acessório.

«É necessário mergulhar nas raízes do povo»

Não somos dirigistas. Já provámos à sociedade que não desejamos implantar uma

ditadura em Portugal. Nós vivemos um período revolucionário. Não enterrámos ainda o capitalismo, e nem sabemos quando o conseguiremos. Há muita gente interessada em travar o processo revolucionário. E neste contexto que aparece o papel do dirigismo, que só serve para criar divisões. Vós não vos deveis deixar dividir, assim como não se devem dividir os trabalhadores nos sindicatos e no campo. O que é fundamental é estar unidos no essencial. Não pretendemos impor uma cultura. A verdadeira cultura vem da diversidade, mas não do eclectismo.

Pensamos que o dirigismo depende mais de vós, escritores. Sois vós que tendes de fazer a cultura, que tem de ser elaborada com o nosso povo, mas não de uma forma paternalista. É necessário mergulhar nas raízes do povo para o compreender e, depois, elaborar a cultura, de maneira a que o mesmo povo a compreenda. Todos nós nos temos democratizado mais em contacto com o nosso povo. Os militares que andam nas campanhas de dinamização cultural são os primeiros a dizer que muito têm aprendido com o povo.

Debruçando-se sobre o significado da expressão «revolução cultural», salientou: Uma revolução cultural não é uma lavagem ao cérebro. Não podemos meter as ideias à força na cabeça das pessoas. Devemos esclarecê-las, com grande firmeza, com muita consciência, paciência, perseverança e aturado trabalho. Quando no tempo do fascismo se dizia «cada povo tem o que merece», isto não era correcto.

Temos de ter muita paciência e não nos devemos esquecer que o povo vibra profundamente com a cultura; e o que é preciso é que a compreenda. Torna-se necessário levar a cultura às Casas do Povo e aos sindicatos. Era isto que eu vinha pedir aqui, a este congresso: que os escritores venham para junto das Forças Armadas levar a cultura ao povo. As questões de fundo são as primordiais. Não devemos querer estabelecer o dirigismo porque é errado, não dá resultados positivos e os nossos tempos têm dado disso provas sobejas. A cultura popular, hoje, é o que nos caracteriza, tendo em conta o interesse das classes mais desprotegidas. Interessa é que a cultura possua uma conotação honesta e uma forma adequada, tendo sempre presente que a simplicidade é muito difícil de se conseguir.

Sabemos que a cultura tem um grande papel nas transformações sociais, ela deve andar sempre à frente e, por isso, o vosso papel é o de pioneiros, de verdadeira vanguarda. A Revolução Portuguesa não se pode fazer sem a vossa colaboração.

Importa que haja uma maior atenção para com a nossa História. Deveis ensiná-la ao nosso povo, explicando-lhe o que significou a nossa independência, a crise de 1380-1385, a perda da nossa independência em 1580 e, depois, a restauração de 1640, a inquisição e o movimento de 1820, que também se perdeu, explicando-lhe as causas desses movimentos e porque se viram frustradas as esperanças das massas populares. E tudo isso para que a nossa Revolução de 1974 não seja frustrada. Isto é um dever patriótico de todos nós: conseguir que não se perca a nossa Revolução.

E Vasco Gonçalves terminou, afirmando:

O Povo é, também, poesia. O povo é poeta e canta no seu trabalho. Ele sabe que existem os canções, mas é necessário que os compreendam, e sois vós que sabeis explicar toda a poesia que existe no povo, trazendo ao nível da consciência o inconsciente. A liberdade está intimamente ligada ao conhecimento.

Foi aqui demonstrado o vosso desejo de colaborar com as Forças Armadas na dinamização cultural. Pois eu dilato-vos que queremos essa participação, e o que eu lhes estou a dizer é caucionado pela voz dos meus camaradas do Conselho da Revolução.

Unam-se a nós e descubram formas de participação contínua, activa, permanente, eminentemente pedagógica. Precisamos de uma participação continuada, científica, persistente, perseverante, com objectivos finais a atingir. Vós sereis uma força motora na Revolução. E preciso descobrir, em conjunto, formas adequadas de participação. Não é o Governo que dirá o que tendes de fazer. Sois vós, com o vosso trabalho criador, a vossa experiência, o vosso saber, que deveis indicar o caminho para a libertação da nossa Pátria. Viva a nossa Pátria!

AS AUTARQUIAS LOCAIS AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

No processo revolucionário que estamos a construir, um dos domínios mais importantes é, sem dúvida, o aparelho administrativo. Sem democratização das autarquias locais, a revolução não atingirá grande parte dos que são os seus principais agentes, ou seja, a população trabalhadora do nosso País, nomeadamente nas regiões em que a organização de classe se encontra ainda em estado embrionário. Não admira, pois, que em muitas zonas, e particularmente ao norte e interior do País, as autarquias locais sejam ainda veiculo da reacção alavanca do poder de caciques locais que sempre exploraram o trabalho do povo e sempre manejaram uma propaganda venenosa no sentido de perpetuar a alienação das populações.

E neste contexto que a realização do I Congresso Nacional das Autarquias Locais se reveste de particular importância. Prevista para 27 a 29 de Junho, em Coimbra, esta iniciativa constituirá não somente uma ocasião de fazer ouvir a voz das populações mas também um impulso para a urgente democratização das autarquias ainda dominadas pela reacção. Tarefas deste congresso serão a revisão do Código Administrativo que vem dos tempos do fascismo e a discussão colectiva dos problemas económicos e socioeconómicos das autarquias.

A temática a debater no congresso reflecte a preocupação de dinamizar o aparelho administrativo pondo-o integralmente, de norte a sul do País, ao serviço do processo revolucionário. Assim, são os seguintes os temas que servirão de orientação aos trabalhos do congresso: Divisão Administrativa do País (objectivos, âmbito, competência da Administração

VILA FRANCA HOMENAGEIA DOIS HERÓICOS COMBATENTES

O povo de Vila Franca de Xira vai, no próximo domingo, dia 18, homenagear dois valerosos combatentes da classe operária, cuja vida constituiu um exemplo de luta revolucionária. António Tavares e Carlos Pato, tombados na dura batalha antifascista, vão ser recordados pelo seu povo que, hoje, forja a liberdade tornada possível pelo grandioso movimento de resistência no qual se encontravam enquadrados. O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, estará presente nesta homenagem organizada por um grupo de amigos antifascistas em colaboração com a Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do nosso Partido.

E o seguinte o programa desta homenagem popular a dois corajosos filhos do povo português: às 14 e 30, concentração junto do Centro de Trabalho do nosso Partido, das colectividades comunitárias, de delegações do nosso Partido, da UEC e da UJC e de todos os antifascistas que desejem participar; às 15 horas, serão descerradas fotografias dos homenageados, as quais ficarão expostas no Centro de Trabalho do nosso Partido; neste acto discursará o camarada José Noel Perdígão e José Agostinho, seguindo-se um desfile para o Largo do Cerrado; às 16 horas, desceramento de uma placa, neste largo, o qual passará a chamar-se Largo Carlos Pato; neste inauguração, usará o parlavra os camaradas António Cuenca e José Pinheiro e assistir-á a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; às 17 horas, realizar-se-á uma romagem ao cemitério local, sendo descerrada uma lápida na campa de António Tavares como gratidão da classe trabalhadora pela sua luta em defesa dos seus direitos. Profereirão aloqu coastos os camaradas Jorge Tarracha, Júlio Graça e Calvino Esteves; às 18 horas, grandiosa sessão solene na praça de touros, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido. Estarão presentes camaradas funcionários do nosso Partido, naturais de Vila Franca e, entre eles, Octávio Pato, do Secretariado do Comité Central, irmão de Carlos Pato. Dirige a sessão solene o camarada José Carlos Gonçalves e falarão os camaradas Inocência Redol, Saul Oliveira e Rosalina Pinho, pela Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do nosso Partido. A sessão será encerrada pelo camarada Álvaro Cunhal.

tido. Nas greves de 1944, na Fábrica Cimento Tejo, afirmou as suas qualidades de condutor da classe operária. Encerado, nessa altura, com outras centenas de grevistas nas praças de touros de Vila Franca de Xira e do Campo Pequeno, foi conduzido à prisão de Caxias, onde o submeteteram a cruéis torturas. Quando da sua libertação, passou imediatamente à clandestinidade como funcionário do Partido. Preso novamente, passou um ano, pela segunda vez, teve um comportamento heróico perante as torturas dos esbirros da criminosa PIDE. Em virtude da violência dos tratos a que foi submetido, António Tavares tuberculizou na prisão. Por esse facto, e na lógica do comportamento da polícia política que destruía centenas de vidas, a PIDE libertou-o quase à morte. Mesmo miúdo pela terrível doença que o vitimou, António Tavares passou os últimos dias da sua vida presente na luta pela sua actividade revolucionária.

O povo de Vila Franca recorda-o não só como um combatente que até ao fim da vida não abandonou o campo da batalha pela liberdade, mas também como um activista da vida cultural e recreativa a nível local, tendo sido um dos fundadores da Biblioteca do Ateneu Artístico Vila-Franquense e incrementado, em diversos níveis, a actividade de colectividades locais.

Quem foi António Tavares
Alves Redol, outro valeroso antifascista, ao ter conhecimento da morte de António Tavares, disse: «Amou tanto a vida que não quis guardar a sua.» Efectivamente, o camarada António Tavares amou tanto a vida que a dedicou integralmente à luta pela libertação do seu País da negra ditadura fascista. Filho de trabalhadores rurais, natural de Vila Franca de Xira, António Tavares nasceu a 2 de Fevereiro de 1922 e faleceu a 1 de Fevereiro de 1951. Operário da Fábrica de Cimento Tejo, foi um quadro destacado do nosso Partido.

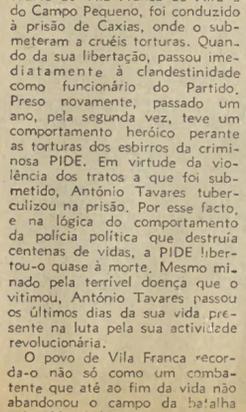
Quem foi Carlos Pato
Carlos Pato, desde muito jovem desperto para a luta antifascista, foi membro do primeiro

Comité Regional do Ribatejo do nosso Partido nos anos de 1937 a 1942. Foi um agitador das lutas dos trabalhadores, nomeadamente dos assalariados agrícolas. Esta experiência constituiu motivo para alguns contos, em que descreve as miseráveis condições de vida do povo trabalhador português, os quais se encontram reunidos num pequeno volume que os seus amigos fizeram publicar no primeiro aniversário da sua morte. Foi também um animador da vida cultural regional, tendo sido presidente da direcção do Ateneu Artístico Vila-Franquense.

Preso em 28 de Maio de 1949, com 28 anos, depois de 13 meses de cadeia às ordens da PIDE, violentamente torturado (torturas que culminaram com uma «estátua» de 130 horas), morreu na prisão do Forte de Caxias em 26 de Junho de 1950, sem que lhe fossem prestados os socorros médicos de que necessitava.

Apesar do monstruoso aparelho repressivo montado por ocasião do seu funeral, este constituiu uma magnífica homenagem das forças populares. Nas fitas do carro fúnebre, mandaram os amigos de Carlos Pato gravar palavras que testemunham a realidade que o tempo não desvanecou: «Amigos de Ideal, os teus camaradas não esqueceram que a morte te levou.»

E porque não esquecer mais estes dois crimes da ditadura fascista, porque permanecem pre-



António Tavares



Carlos Pato

sentes na memória do povo, quantos, como António Tavares e Carlos Pato, desbravaram com a sua luta o caminho para a derrocada da ditadura fascista, o povo de Vila Franca de Xira irá, no próximo domingo, dia 18, homenagear estes combatentes numa manifestação que será, sem dúvida, uma grande jornada popular.

A VIOLÊNCIA NO DESPORTO AO SERVIÇO DA REACÇÃO

Para lá de quaisquer interpretações psicológicas no sentido de que espectadores e atletas levam para os estádios os seus problemas quotidianos, dos papéis sucedáneos que os clubes exerciam para as multidões submetidas à repressão do fascismo ou dos espectáculos de futebol como momentos privilegiados para manifestação de frustrações recalçadas, parece-nos por de mais evidente que neste momento as cenas de violência nos campos de futebol aproveitam exclusivamente a reacção. De facto, existem sintomas de que essa violência tem sido e pode ser fomentada para desviar a classe operária e o povo em geral das suas lutas fundamentais.

Tentando impor a sua ideologia de neutralidade e partindo do facto de as massas populares não assumirem espontaneamente a noção das suas necessidades no campo do desporto (é preciso distinguir entre necessidade autêntica e condicionamento), forças reaccionárias continuam a fomentar um espectáculo desportivo pobre de conteúdo que, em vez de criar a necessidade de uma prática de massa, tudo faz para iludir essa prática através de uma política claudicante degradante.

Sabemos que numa perspectiva democrática o desporto pode constituir um meio de educação social importante e que os clubes têm um papel fundamental no fomento do desporto. Reconhecemos o desporto de alta competição e o espectáculo como consequências lógicas de uma prática que pode contribuir para o desenvolvimento de um desporto humanista e criador.

Entretanto, aquilo que num caso pode contribuir para o desporto seja um elemento de democratização, pode noutro caso contribuir como factor de divisão entre as classes trabalhadoras que porventura col-

quem o futebol ao nível dos grandes problemas nacionais e as grandes preocupações colectivas.

Deste modo, os espectadores dos espectáculos desportivos tudo devem fazer para desarmar quaisquer provocações tendentes a suscitar manifestações de violência que, apenas — repetimos —, à reacção podem aproveitar.

Significativamente, quando, por exemplo, o Partido Comunista Português, sempre atento aos problemas que dizem respeito ao nosso povo, preconiza no seu programa o desenvolvimento da Educação Física e do desporto, libertando-os da comercialização e fundindo a sua prática entre as amplas massas da população, aponta exactamente para objectivos que se inscrevem numa política desportiva correcta dentro das condições actuais do nosso país e inseparável da luta pela consolidação democrática e do avanço para o socialismo.

Naturalmente, cabe também aos dirigentes desportivos (alguns dos quais se servem dos clubes como meio de promoção social) o dever de esclarecimento das respectivas massas associativas (cuja reacção espontânea não está isenta de sentimentos de generosidade) e do fomento de uma política que encare o desporto como factor de intervenção no real.

N.º DE MAIO

O Conselho de Revolução e a Via Socialista
As condições e o processo revolucionário
O inquérito ao golpe filofascista de 11 de Março

Jorge Dimitroff: sobre a Fronteira Democrática e Patriótica
Guiné-Bissau: a luta continua
A nacionalização da Imprensa no Peru
Lenine vivo
Colaboração de Augusto da Costa Dias, Maria Velho da Costa, A. Rego Chaves, Maria Luísa Costa Dias e outros

Novos livros Estampa

CINEMA E IDEOLOGIA
Jean Patrick Lebel
Coleção Teoria, n.º 15
Preço — 80\$00

SOCIEDADES E GRUPOS EM PORTUGAL
Maria Belmira Martins
Coleção Polémica, n.º 8
Preço — 50\$00

AS MULHERES ASSALARIADAS
Coleção Práxis, n.º 23
Preço — 50\$00

A ALIANÇA ENTRE OS MONOPÓLIOS E A CLIQUE MILITAR
Alexandre Delkine
Coleção Cadernos Políticos, n.º 18
Preço — 40\$00

PROBLEMAS DE LUTA PELA UNIDADE DO MOVIMENTO COMUNISTA
Alexandre Sóbolev
Cadernos Políticos, n.º 22
Preço 30\$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército,
9, r/c., Dio.
Telef. 55 56 63 Lisboa-1

A VOZ DO PCP

informação

- O FAOJ, Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, vai promover nos meses de Julho, Agosto e Setembro, campos de trabalho para jovens, nomeadamente em Carregal do Sal, Cavernães, Barregem do Vilar, Lisboa, Marvão, Mira e Sintra. Pretende-se, com a organização destes campos de trabalho, levar a efeito actividades de tipo social, tais como saneamento do meio ambiente, melhoramento de caminhos, construção de parques infantis, tanques de natalção, centros de convívio.
- Em relatório do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS, salienta-se a íntima ligação existente entre as administrações dos grandes monopólios e a PIDE/DGS. Conforme se apurou, estava montado um serviço de assistência às grandes empresas. Em troca da repressão e prevenção de acções reivindicativas das massas trabalhadoras, eram pagas quantias que oscilavam entre 3 a 22 contos.
- Por actos de sabotagem contra a economia nacional, detectados por uma comissão de trabalhadores de Malombé — Importação de Madeiras, foi preso José Galvão de Melo, irmão do general do mesmo nome. Galvão de Melo fez sair do país, ilegalmente, grandes somas de dinheiro, cujo montante ainda se desconhece.
- O feriado municipal do concelho de Beja transformou-se numa jornada de trabalho, correspondendo ao espírito e às necessidades do momento revolucionário que vivemos.
- Foi nomeada uma delegação do Governo junto da Sociedade Urbanizadora e Construtora, Lda. — Urbecon, por esta sociedade estar a atrasar e mesmo a não cumprir a entrega de fogos de habitação, contribuindo assim para agravar a já muito difícil situação habitacional do país.
- Está a ser elaborado um documento para uma clara definição de uma nova e urgente política de habitação. Uma vez aprovado, esse documento trará as linhas mestras dessa política, quer quanto à comparticipação do Estado e das autarquias locais na resolução do problema da habitação, quer ainda quanto ao papel que essas actividades deverão desempenhar as cooperativas de habitação e a iniciativa privada. A comissão central constituída para elaboração desta legislação, inclui representantes dos quatro partidos políticos da coligação.
- O ministro do Trabalho, major Costa Martins, fez uma visita de trabalho à Madeira, onde contactou mais directamente com os problemas dos trabalhadores desta ilha.
- De regresso a Portugal, após uma visita, a Cuba, onde encabeçou uma delegação do MFA que foi participar na comemoração do 25 de Abril realizada naquela país, o coronel Varela Gomes destacou «o calor e a força da solidariedade internacionalista que demonstra o povo cubano, sobretudo com os povos que lutam pela sua libertação». Varela Gomes referiu também o estabelecimento de amplas relações entre os dois países, em vários sectores de actividade, nomeadamente no que concerne a esquemas de desenvolvimento rural e escolas.
- Elmer Feinhaber, norte-americano, membro do Comité do Conselho Mundial da Paz e presidente, no Estado de Massachusetts, de uma organização daquele movimento, à chegada a Lisboa, onde veio participar na sessão comemorativa do fim da segunda guerra mundial, declarou: «O Governo americano não deixará de fazer tudo para mudar a política portuguesa». Feinhaber mostrou-se preocupado com a possível intervenção da CIA nos assuntos internos do Portugal.
- Portugal participou na Conferência de Bem-Estar Social que reuniu em Barcelona cerca de 800 congressistas de vinte e dois países.
- Realizou-se o III Plenário Nacional do Conselho Coordenador da Previdência, tendo sido abordados, com a presença de 41 comissões associativas do sector, o problema da institucionalização do Conselho Coordenador da Previdência e da Comissão Executiva, a situação financeira da Previdência e o saneamento político e reclassificação da mesma. O funcionamento da Previdência em novos moldes, verdadeiramente revolucionários, é factor importante na construção do socialismo em Portugal.
- Alguns milhares de trabalhadores cabo-verdeanos imigrados em Portugal já se inscreveram como eleitores da Assembleia Constituinte de Cabo Verde, aproximado-se a data da declaração da independência das ilhas de Cabo Verde — 5 de Julho.
- Conforme afirmou o governador civil de Coimbra, em reunião intercâmbios daquele distrito, os municípios vão passar a dispor, ainda este ano, de autonomia financeira.
- O Movimento Emancipacionista da Madeira, movimento reaccionário que agrupa todos os antigos caciques, afirma que a maioria de votos no PPD, registada na Madeira, significaria um desejo de independência (1) da sua população, que se teria pronunciado contra a via socialista em que o nosso país está empenhado. Não deixa de ser interessante, a identificação do voto no PPD com o voto antipartidário e contra a via socialista. O PPD entretanto, assinou o pacto com o MFA, que implica a defesa dessa mesma via.
- Realizou-se uma reunião de balanço das comissões liquidatárias dos Grêmios da Lavoura da Região de Entre-Douro-e-Minho. Foi informado que haviam sido distribuídos à região de Entre-Douro-e-Minho créditos no valor total de 155 770 contos, a atribuir, como fundo de manuseio, a pequenos e médios agricultores. Entre outras questões debatidas, foi referida a urgente necessidade da criação de pré-cooperativas, onde se tenham notado dificuldades na criação de cooperativas.
- Franco Nogueira, que se encontrava no Hospital de Santa Maria devido a um enfarte do miocárdio, continuando lá até agora, sem razões justificadas, foi transferido de novo para Casix, devido à vigilância dos trabalhadores, que alertaram da anomalia que se estava a verificar.
- Foi estabelecido um acordo entre a Frelimo e o Estado Português, mediante o qual passou a estar regulamentada a actividade dos portugueses que habitam em Moçambique e desejam continuar a trabalhar após a declaração da independência.
- Portugal e o Sudão decidiram estabelecer relações diplomáticas e trocar embaixadores.
- Em entrevista concedida ao correspondente da Tass em Lisboa, o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, prestou homenagem ao povo soviético pela contribuição deste na luta contra o fascismo. Referindo-se à actual situação política no nosso país, declarou: «Não pensamos ser possível construir o socialismo num só dia, é necessário ter em consideração as nossas possibilidades e as condições concretas de desenvolvimento do País».
- «A prática democrática dentro de um novo Exército deverá ser entendida como a participação activa e consciente nas tarefas que os militares forem pedidas ao serviço da Nação» — afirmou-se no primeiro número de um novo jornal — o Exército Novo.
- Por resolução do Conselho de Ministros foi nomeada uma comissão administrativa, de âmbito regional, que tratará das situações anómalas em empresas privadas ligadas, directa ou indirectamente, à indústria do turismo no Algarve. Pretende-se assim, evitar situações de sabotagem num ramo da economia nacional importante, e particularmente sensível a qualquer manobra da reacção.
- Referindo-se a diversas lutas reivindicativas que têm ocorrido ultimamente no nosso país, e que em certos casos levantam dificuldades à economia portuguesa e ao processo revolucionário em curso, Eugénio Resa, do Ministério do Trabalho, afirmou: «Certas forças políticas estavam a tentar utilizar essas lutas reivindicativas para atacar as estruturas sindicais».
- Regressou a Lisboa uma delegação da Secretaria de Estado das Pescas, que esteve em Cuba a estudar a formação profissional dos pescadores naquê país.
- O ministro do Trabalho, major Costa Martins, anunciou ajuda financeira e meios técnicos para cooperativas de artesanato no arquipélago da Madeira. São extremamente difíceis a vida e as condições de trabalho dos que na Madeira se dedicam ao artesanato, nomeadamente no que respeita às bordadeiras. Está a ser fomentada a criação de cooperativas, que o Estado se propõe assim ajudar.
- Por decreto-lei do Ministério da Agricultura e Pescas, as propriedades agrícolas ficam obrigadas a uma plataforma mínima de intensidade cultural, que orientará as intervenções do Estado previstas para terras incultas ou subaproveitadas.
- Em Moçambique, estudantes e trabalhadores da Universidade irão trabalhar no campo no decorrer do próximo mês de Julho. Pretende-se assim fomentar a participação estudantil nas duras tarefas de reconstrução nacional e, simultaneamente ensinar à jovem geração o valor do trabalho manual, que a Frelimo incentiva e apoia.

Por um serviço diplomático, democrático e revolucionário

As primeiras medidas tomadas pelo 4.º Governo Provisório no tocante ao serviço diplomático tiveram uma repercussão positiva entre os emigrantes, principalmente em países onde os trabalhadores portugueses vinham há meses protestando inutilmente contra uma política de «saneamento» que, em certos casos, deixava as coisas pior do que estavam.

A luta pelo saneamento não foi fácil antes do 25 de Setembro. Tanto em França como no Brasil, na Venezuela, nos Estados Unidos, o 25 de Abril não mudou praticamente nada. O passado dos cônsules e outros funcionários que haviam colaborado com o fascismo era conhecido. Mas quase todos foram mantidos nos seus postos. As tentativas de democratas portugueses — um exemplo apenas — de Paris, do Havre, de Clermont Ferrand, de Tours, de Nantes e de outras cidades francesas, não tiveram êxito.

Após a derrota da intenção da «maioria silenciosa», os apelos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros foram renovados, mas não obtiveram resposta.

Por iniciativa de elementos do nosso Partido e do MDP/CDE formou-se então, em França, uma Comissão Democrática de Inquérito e Saneamento que recebeu imediatamente o apoio de comissões democráticas do pessoal dos consulatos. Essa iniciativa permitiu apurar factos de maior gravidade. Descobriu-se, concretamente, que no Consulado de Portugal em Paris havia uma rede de microfones, antes do 25 de Abril, que permitia aos cônsules fascistas escutar todas as conversas. A Comissão Democrática de Inquérito apurou também que alguns cônsules haviam amealhado fortunas com o dinheiro dos emigrantes, através da emissão de passaportes e documentos «surpentes». Muitos dos responsáveis, em vez de punidos, foram transferidos para postos mais importantes.

O cônsul-adjunto em Paris pediu informações à PIDE sobre os democratas portugueses que desenvolviam maior actividade na capital francesa. Foi nomeado responsável pelo programa cultural do Ministério. O cônsul do Havre, que despedira uma empregada por ser simpatizante do PCP, foi transferido para um posto mais importante. O cônsul de Versailles, que fazia propaganda de guerra colonial e tratava os emigrantes com insolência, foi promovido a cônsul-geral. O cônsul de Tours, que, após o 25 de Setembro, declarou a um jornal francês que em Portugal imperava a anarquia, foi transferido para Barcelona. Esse mesmo cavaleiro, comentando o processo revolucionário, dizia que de um «excesso de ordem» no tempo do «antigo regime» se passara a um «excesso de desordem».

O ex-cônsul-geral em Paris, Coelho Lopes, foi nomeado embaixador na África do Sul. O seu cônsul-adjunto, Meira Ferreira, foi transferido para a Holanda. O ex-cônsul Coelho Bártolo, que, no Brasil, e no Zaire, se destacara como oportunista, foi nomeado embaixador em Varsóvia.

A valsa das transferências revolveu, com carreadas de razão, os emigrantes. O cônsul José Sermentou, que se comportava como fascista em Porto Alegre, no Brasil, foi transformado em cônsul democrático em Clermont Ferrand, em França, para substituir o cônsul fascista Mesquita de Brito, o qual, por sua vez, apareceu em Leningrado, sob a fantasia de um cônsul genuinamente democrático. O ex-cônsul em São Paulo, Gralinda do Vale, foi nomeado inspetor consular responsável pelo saneamento. Era um oportunista que deveria ter sido saneado; mas foi transformado em saneador...

Trabalhadores do Consulado de Paris, num memorando enviado ao Ministério salientaram que a situação anterior ao 25 de Abril não se modificara no essencial. «O Consulado — sublinhavam — continua a ser uma fábrica de passaportes. Protecção consular, não existe. Um serviço de traduções, não existe. Um serviço de imprensa e propaganda, não existe também. Relações públicas, desconhecem-se (...). A sabotagem ao movimento democrático — inspirado pelo que se passa na Pátria e conduzido pelos assalariados neste consulado — é constatada diariamente na pessoa dos chanceleres e outros. As prepotências, policiamento, perseguições, atitudes fascistas mantêm-se, embora subtilmente disfarçados por conveniências».

Esta era, em traços muito gerais, a situação nos consulatos até ao 11 de Março. Há documentos irrefutáveis que a comprovam. É uma situação que requer providências urgentes. No momento em que a revolução portuguesa continua a ser alvo de uma campanha de calúmnias não é difícil avaliar as consequências da política que durante 10 meses foi adoptada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em relação ao serviço diplomático externo.

De modo geral os emigrantes portugueses alegam que continuaram a ser tratados como os tempos do fascismo. Hoje é sobretudo graças a eles, ao esforço patriótico dos democratas portugueses da França, do Brasil, da Venezuela, do Canadá, da República Federal da Alemanha e da Inglaterra, que são conhecidos os factos que relatamos. É verdade que o centro da luta pela democracia e pela defesa da revolução está em Portugal. Mas somente em França, parecem os clamores e mais expressivo dos exemplos, há 850 000 portugueses, 10 por cento da população do continente: 400 000 homens, 200 000 mulheres, 250 000 crianças. Desse total cerca de 550 000 são trabalhadores, o que corresponde a 18 por cento da força de trabalho do País.

Uma revolução democrática e nacional a caminho do socialismo exige uma diplomacia democrática e revolucionária que seja a sua imagem.

A história da Revolução Portuguesa vista pela reacção brasileira

A imprensa brasileira continua na vanguarda da campanha de calúfnias contra a Revolução Portuguesa. Os principais diários do Rio e São Paulo dedicam páginas e páginas aos acontecimentos do 1.º de Maio, publicam entrevistas com «homens de negócios» cujos nomes não são revelados, de vida comportava o peso dum ensino caro e de bocas a alimentar sem contrapartida. A Universidade — ou o que resta dela, sujeita à acção sabotadora de grupelhos objectivamente reaccionários — mantém as suas portas hermeticamente fechadas aos filhos dos trabalhadores.

E isso reflecte-se com uma clareza meridiana na posição genérica que a escola está a assumir face à Revolução. A origem de classe da maioria dos estudantes, alguns dos quais são filhos de latifundiários e monopolistas, militantes de MRPP, AOC & CIA, não pode deixar de se reflectir nas posições de alguns deles. O seu estatuto de jovens não os torna invulneráveis a essa realidade. O alinhamento ao processo revolucionário em curso, que até certo ponto se tem estado a verificar; a vulnerabilidade do meio estudantil às mais contraditórias e dispersas teorias burguesas, desde que devidamente enroscadas de esquerda (artifício em que, pela sua grande experiência, a reacção tem comprövada mestria), tem vindo a fazer das escolas pontos sensíveis da actividade das forças de direita e nalguns casos mesmo baluartes seus (Direito de Lisboa é um exemplo contundente). Neste momento, em que em vários pontos e por várias formas se esboçam os contornos de uma ofensiva reaccionária, está-se a tentar fazer das escolas, mais uma vez, centros de provocação das forças da direita.

Pretende-se nitidamente voltar os estudantes contra o Governo, acendendo com a oportunista e aflicidadora passagem administrativa, isto num momento em que justamente se apela para um reforço do trabalho de todos, para o aprofundamento da sua qualidade, única forma possível e segura de alcançar os padrões de desenvolvimento que nos abram o caminho para o socialismo. Estamos certos, entretanto, que a experiência do 11 de Março alertará as massas estudantis e as levará a rechear as falhinhas manãs e cínicas dos que, aproveitando a actual situação de um ensino a requerer urgentemente o seu 25 de Abril, se pretendem arrastar para o sinistro campo da contra-revolução. A maioria dos estudantes deseja estudar, deseja participar activamente no processo revolucionário que vivemos no nosso país.

A colaboração fraterna entre Portugal e a Guiné-Bissau

«Os médicos que acabam de deixar a nossa terra ao fim de 4 meses de labor entre nós, por vezes em condições difíceis, tiveram um comportamento a todos os títulos digno da nossa admiração e do nosso reconhecimento. — disse em carta enviada ao Sindicato dos Médicos pelo ministro da Saúde da República da Guiné-Bissau. — As nossas relações foram sempre francas e cordiais e houve da parte de todos o desejo manifesto de participar na elevação do nível da difícil assistência médica ao nosso povo.» Este o resultado, altamente positivo, da primeira comissão de cooperação dos médicos portugueses na República da Guiné-Bissau. Cooperação que se vai manter e reforçar. Cooperação que se alarga aos mais variados domínios, que foi recentemente examinada e estudada num encontro em Lisboa, entre delegações da Guiné-Bissau e do Governo Português.

A rapidez do aprofundamento do processo revolucionário em curso, o nosso profundo empenhamento nele, em cada dia, em cada hora que passa, não nos permite por vezes pensar que notícias que hoje se tornaram rotineiras têm um profundo e empolgante significado.

As fraternas relações de colaboração que mantemos actualmente com a República da Guiné-Bissau constituem hoje um facto notório, na sequência lógica do ímpar processo de descolonização empreendido. Mas ontem, quando as terras da Guiné eram queimadas pelo fogo do colonialismo português e a nossa juventude sacrificada aos interesses do capital nacional e internacional, quando em Portugal o desenvolvimento da luta anticolonialista atestava a coragem e o desejo de paz e de justiça do povo português, quando os comunistas eram apodados de traidores à Pátria por defenderem o direito à independência dos povos sob o jugo colonial português — existiram também, e apesar de tudo, relações de fraternidade entre os nossos

colégios a «Assembleia Nacional» de Salazar e Caetano, criticam a Constituinte e atacam raivosamente o MFA.

A maioria dos órgãos da reacção deixou de considerar o CDS e o PPD como únicas reservas da democracia. Agora mostra também a sua simpatia calorosa pelo Partido Socialista. O «Globo», do Rio, explora, de acordo com e sua ideologia, os ataques do PS à Interindustrial e ao nosso Partido. Em crónica da sua já famosa correspondente em Lisboa, Cristina Gurgião, afirma que «o feitiço virou contra o feitiçeiro. Em poucas horas — escreve — os socialistas reuniram na principal avenida de Lisboa 70 000 pessoas — 20 000 a mais do que a multidão que compareceu no estádio — numa manifestação que muitos portugueses consideravam como a verdadeira festa do 1.º de Maio. Lisboa estava em festa».

É a visão da história da reacção brasileira. D. Cristina Gurgião, que manteve no passado íntimas relações com o fascista Carlos Lacerda, somente consegue ser objectiva quando narra, em termos folclóricos, pormenores da contramanifestação promovida no dia 2 de Maio pelo PS.

«No Largo do Rato onde funciona uma das sedes do PPD — informa — simpatizantes dos dois partidos confraternizaram, com os socialistas expressando a sua gratidão pelo inesperado apoio, com uma canção que dizia: «Canta amigo canta, vem ouvir nossa canção, tu sozinho não és nada, juntos temos o mundo na mão.»

D. Cristina deve ignorar o significado dessa canção de resistência, mas isso não conta. O seu entusiasmo diante da confraternização entre os militantes do PS e do PPD é realmente sincero.

Quase toda a Imprensa brasileira se dedica também alegremente à tarefa de inventar — com a cooperação das agências United Press e Reuter — crises no MFA e desinteligências entre os membros mais destacados do Conselho da Revolução. O «Expresso» é largamente citado, como autoridade indiscutível na matéria. Já é uma rotina o elogio da reacção brasileira às especulações venenosas do «Expresso».

«O Estado de São Paulo», é menos entusiástico do que «O Globo». A confraternização PS-PPD também se lhe afigura um fenómeno democrático muito salutar. Mas o que preocupa sobretudo o poderoso órgão da reacção é a falta de firmeza do imperialismo perante a Revolução Portuguesa e a falta de sensibilidade diplomática de Kissinger. O «Estado» desejava que a NATO interviesse em Portugal.

O fascista Carlos Lacerda continua a escrever metros de prosa odienta contra a democracia portuguesa. O jornal «Portugal Democrático» — único órgão de Informação que no Brasil apresenta, dentro dos limites tolerados por uma ditadura fascista — uma visão correcta da Revolução portuguesa responde-lhe à letra. Transcreve um artigo do Boletim do MFA no qual se salienta que «Carlos Lacerda ultrapassa tudo o que se possa imaginar em matéria de ignorância das realidades portuguesas ou então manifesta má-fé. «O Estado de São Paulo» — acrescenta — inseriu uma série de artigos de «análise» da situação portuguesa, que são a prova provada de como se pode escrever sem o mínimo conhecimento de causa, ou então com o propósito evidente de denegrir e caluniar».

Na mesma página em que transcreve o artigo do Boletim do MFA, «Portugal Democrático» publica o desenho do pintor Fernando Lemos que reproduzimos: um marinheiro português, com a bandeira nacional nas mãos, recebe, sereno, na arena, a investida de Carlos Lacerda transformado em touro.

Fim de uma frustração

O general Galvão de Melo, deputado pelo CDS à Assembleia Constituinte, confessou durante a campanha eleitoral que, se tivesse 18 anos, seria militante do MRPP. Essa pequena frustração foi agora compensada por uma iniciativa familiar. A filha fez o que o pai desejava ter podido fazer. Era uma calorosa adepta do CDS; tornou-se uma combativa defensora do MRPP. Trocou uma paixão por outra. Usava um emblema do CDS, ostenta hoje com orgulho as insignias do MRPP. Uma das suas professoras estranhou a mudança. E, em plena aula, no colégio onde a jovem estuda, fez a pergunta: «A menina sabe o que significam as iniciais do seu novo emblema?»

A resposta da jovem fez rir os colegas: «Claro, senhora doutora. Isto quer dizer Movimento Reorganizativo do Partido do Progresso.»

O riso compreende-se. Mas o erro da menina não é tão absurdo como parece. Bem vistas as coisas, o CDS, o MRPP e o defuncto Partido do Progresso pertencem à mesma família política e social. Não é de estranhar que haja trocas e confusões.

De qualquer forma, o general Galvão de Melo tem justos motivos para se sentir feliz. Graças à filha, tem agora um pé no CDS e outro no MRPP...

Um belo exemplo dos estivadores de Setúbal na batalha do trabalho e da produção

Oitenta e dois trabalhadores do quadro de estivadores da Companhia União Fabril entregaram, no Ministério do Trabalho, o produto de três dias de trabalho. O doativo, entregue ao ministro Costa Martins pela comissão directiva do Sindicato dos Estivadores e Barqueiros do Distrito de Setúbal, representa três dias de trabalho, totalizados através das três horas semanais que aqueles trabalhadores vêm voluntariamente executando a partir do momento em que a sua semana de trabalho foi reduzida de 48 para 45 horas semanais.

Conforme garantiu o ministro do Trabalho, este doativo será depositado na Caixa Geral de Depósitos, na verba destinada a ocorrer a situações de maior carência que se deparem aos trabalhadores, designadamente a casos de desemprego.

Referindo-se a esta sua iniciativa, os estivadores de Setúbal afirmaram

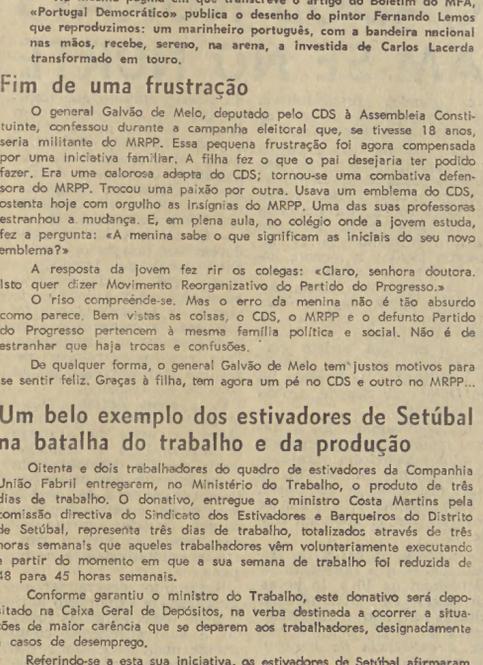
considerar que a redução de horas de trabalho «está desajustada face a actual fase da economia nacional, antes necessitada de um maior contributo que a redinha da passada herança do anterior regime».

A significativa iniciativa dos estivadores de Setúbal, não é de forma alguma inédita. O que em nada diminui o seu valor. Particularmente desde a grande vitória do 25 de Setembro, gestos como este têm vindo a repetir insistentemente. Então, à efectiva libertação política não se tinha somado um elemento fundamental e decisivo. A libertação económica. A restituição ao povo dos frutos do seu trabalho, das armas decisivas do poder. Os grandes potentados económicos e financeiros estavam integralmente nas mãos dos monopolistas e das multinacionais. Só hoje, meses volvidos, se deram os primeiros passos numa séria política antimonopolista. Passos particularmente importantes. Mas já então, essa dívida de trabalho aos órgãos do Governo tinha um significado muito especial. Representava, na prática, a confiança popular num governo que já considerava seu. As massas trabalhadoras manifestavam assim uma lucidez política e uma consciência de classe inaccessíveis aos que ontem, e ainda hoje, apodiam órgãos de poder democráticos e progressistas, ainda que heterogéneos, de defensores dos interesses dos monopólios (declarações proferidas nos químicos, são disso um exemplo flagrante e bem actual), ou previnem, falaciosamente, contra o «perigo» da institucionalização de um chamado «capitalismo de Estado» (que, ou se abstém de explicar o que seja, ou identificam, dum forma bastante directa, com a verdadeira liberdade, a verdadeira democracia, que hoje se vive nos países socialistas. Não seria antes de prevenir contra as tentativas de recuperação da a capitalismo monopolista de Estado, hoje mortalmente golpeado no nosso país, contra os encapotados defensores da social-democracia?

A atitude assumida pelos estivadores de Setúbal, não é inédita. Mas tem hoje um significado particular. Mais do que confiança nos órgãos do Poder e no futuro da revolução, representa uma profunda compreensão do momento actual do processo revolucionário. Quando outros utilizam a liberdade antes negada para avançar, por vezes, com reivindicações irrealistas e formas de luta prejudiciais ao processo em curso, procedendo como se vivêssemos num regime ao serviço do capital, e no fundo em certos casos por ele manipulados, os estivadores de Setúbal, sem prejuízo da luta pela melhoria possível das suas condições de vida, empenham-se na grande batalha do momento actual. A batalha da produção.

A sua atitude é um exemplo impossível e absurdo na Europa capitalista. A sua atitude é testemunho e garante do exaltante momento revolucionário que vivemos em Portugal.

O "AVANTE!" É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES



dois povos. Relações clandestinas, «subversivas», de uma difícil fraternidade, selada com o sangue e com a morte, com a prisão, o insulto, a tortura, uma fraternidade de combate contra o inimigo comum — o governo terrorista, o imperialismo —, por um ideal comum, a LIBERDADE.

«Nós sabemos (...) que Portugal tem condições para oferecer uma vida digna a todos os seus filhos. Esta é que é a Pátria que os portugueses têm de defender e engrandecer com os seus esforços e sacrifícios, e nela, amanhã, de certeza, colaborarão conosco, na Guiné e em Cabo Verde, para juntos darmos as mãos fraternalmente, baseados na história, baseados na amizade, baseados em tudo quanto nos une (...). Nada existe de contraditório entre o povo de Portugal e o nosso povo, de que não há, nunca houve nem haverá nenhum conflito a separá-los, e que sejam quais forem os crimes do colonialismo, os nossos povos amanhã não de-carabam as mãos por uma colaboração fraterna» — são palavras de Amílcar Cabral quando o colonialismo ainda queimava a empalme das mãos assassinas comandadas pelo fascismo português. Amílcar Cabral, herói da Guiné-Bissau, grande amigo do povo português. É justo que o recordemos, quando o seu sonho, por tantos partilhado, se materializa finalmente.

Entrevista com a DORIA

NA MADEIRA E NOS AÇORES A REACÇÃO IMPEDIRIA O PROCESSO DEMOCRÁTICO

Depois de um abandono por parte do governo fascista, que durou dezenas de anos, e entregue aos interesses norte-americanos e ingleses, os arquipélagos dos Açores e da Madeira ganharam com a Revolução de 25 de Abril uma projecção nova, na qual se manifesta cada vez mais a determinação do grande capital internacional aliado aos interesses das minorias exploradoras existentes nas ilhas, em não perder posições que hoje considera da maior importância, face a um xadrez político que não só na Europa como em África e no Extremo Oriente lhe começa a ser adverso.

Se no continente a reacção nunca desarmou no sentido de combater a nova ordem democrática, na Madeira e nos Açores pode afirmar-se que as forças reaccionárias mantiveram intacto o seu poderio que agora agitam insolentemente, depois de realizadas as eleições. A situação política, económica e social da Madeira e dos Açores continua a ser, passado um ano da data da revolução que veio libertar o País, praticamente idêntica à que caracterizava o período fascista. Actuando quase impunemente, as minorias exploradoras continuam a impor a sua vontade e a tratar as populações trabalhadoras com o desprezo e a arrogância que caracterizam situações semelhantes. Só recentemente, algumas aragens da liberdade começaram a chegar à Madeira. Em contrapartida, nos Açores, dir-se-ia que o 25 de Abril ainda não chegou aquelas ilhas.

Mas as realidades diárias daqueles dois arquipélagos são muito mais graves, tendo em conta, principalmente, que devido à distância que os separa do continente raramente são conhecidos em toda a sua extensão. Por este motivo, numa troca de impressões com Martins Coelho e Carlos Fraião da Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes (DORIA) e Luis Santos, funcionário do nosso Partido, se abordaram algumas das situações de injustiça mais gritantes que constantemente se fazem sentir naquela região.

Começando por referir o que representa a Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes e qual o papel que representa na luta política da Madeira e dos Açores, Luis Santos acentuou:

A DORIA engloba as organizações do nosso Partido nas ilhas da Madeira e de Porto Santo e no arquipélago dos Açores. Politicamente, a DORIA representa, em si, o passo de organização que o Partido deu depois do 25 de Abril entre as camadas trabalhadoras dos dois arquipélagos na conjugação dos problemas políticos, económicos e sociais que, apesar de diferirem de ilha para ilha, de arquipélago para arquipélago e de distrito para distrito, de uma forma geral são coincidentes até na medida em que qualquer dos arquipélagos está a grande distância do continente e durante 48 anos foram deixadas ao abandono completo pelo governo fascista, o que criou condições muito específicas nesses distritos. É evidente que podemos falar no obscurantismo e no analfabetismo de Bragança e do Funchal ou de Ponta Delgada. No entanto, têm condições bastante diferentes. Enquanto que em Bragança chega a televisão, a rádio, os jornais e há contactos fáceis, em relação às ilhas o problema põe-se em distâncias de milhares de quilómetros, na inexistência da televisão ou de outros meios de comunicação social. Portanto, criou-se um microclima político e social muito característico que leva exactamente a que a DORIA tenha uma representação política bem definida em relação ao continente. A DORIA apareceu ao fim de alguns meses de trabalho dos militantes do próprio arquipélago e vale a pena frisar as condições específicas da luta contra o fascismo, antes do 25 de Abril. Se havia comunistas — pois os há e estão agora com o Partido —, quer nos Açores quer na Madeira não havia organização de luta clandestina, de luta partidária. De facto, são ilhas onde a PIDE estava completamente implantada e que controlava em absoluto. Depois do 25 de Abril, esses militantes e centenas de outros que apareceram, começaram a organizar-se com a ajuda da experiência do Partido no continente e, portanto, quando se chegou a um determinado nível de organização e de acção prática em defesa do processo revolucionário e das classes trabalhadoras nas ilhas, a DORIA nasceu de uma forma natural para a coordenação dessa actividade.

Analizando a situação da Madeira Martins Coelho começou por frisar a acentuada clivagem entre as classes, salientando a seguir que a nível económico a ilha da Madeira está neste momento a sofrer uma crise em todos os sectores, crise essa que se acentuou em alguns dos sectores económicos da ilha depois do 25 de Abril. E prosseguiu:

Vejam o caso da construção civil, onde houve um surto de desenvolvimento no mau sentido, podemos dizer assim com a construção de imensos hotéis voltados para um turismo que não favorecia as massas mas um turismo elitista, e que com o 25 de Abril surgiu uma crise nesse sector porque muitas das empresas voltadas para esta actividade viviam principalmente do crédito bancário que sofreu retracções, o que originou desemprego, subemprego, dígitos assim, falta de pagamentos e sabotagens económicas. No sector primário a agricultura tem problemas muito diferentes dos que existem nos Açores, onde há latifúndios, pois na Madeira predomina o minifúndio com algumas formas de exploração da terra absolutamente arcaicas e

feudais — um deles é o caso da colónia que está em vias de resolução. A colónia é uma forma de exploração da terra na qual o caseiro ou o colono pagam ao senhorio em géneros isto é, dividindo a colheita com o senhorio, dando metade do que produzem ao senhorio. Geralmente é esta a forma mais normal de pagamento. Como as terras não têm água, o rebanho também compra anualmente a água ao senhorio. Se precisa de fazer benfeitorias na terra precisa do consentimento do senhorio e geralmente essas benfeitorias correm por conta do colono ou do caseiro, recebendo, se por acaso sai da terra um valor sobre as benfeitorias muito inferior ao que ali gastou.

Presentemente já começa a existir um movimento organizativo dos camponeses em algumas zonas, num processo que se pode considerar embrionário. Por outro lado foi feito um estudo por parte da Junta de Planeamento da Madeira no respeitante ao sistema da colónia e que vai ser posto em discussão. Entretanto, existem uma quantidade de produtos na agricultura como é o caso da cana sacarina, a banana, os vimes, o vinho que são as culturas tradicionais da ilha e que todas elas se encontram mais ou menos afectadas ou mais ou

menos em crise, umas mais profundas do que outras. O caso da banana está agora e foi uma cultura que decaiu bastante tanto no aspecto qualitativo como também no peso económico da ilha uma vez que a banana africana teve em relação à metrópole uma protecção por parte do governo fascista que obrigou a uma retracção neste campo na Madeira. Na questão do vinho é preciso também uma reconversão porque houve na verdade um abaixamento da qualidade do vinho da Madeira e a procura nos mercados internacionais é muito maior do que a oferta. De qualquer maneira sobre este aspecto é necessário uma reconversão da vinha de forma a permitir que o vinho da Madeira volte a ter a qualidade que já teve e que neste momento está muito degradada devido à actuação de uma quantidade de oportunistas e de mau aproveitamento da cultura da vinha preferindo-se algumas espécies que dão uma maior quantidade de vinho mas de pior qualidade. Na questão dos vimes e dos bordos e que até agora tem sido uma das fontes de receita e de exportação da Madeira tem havido muito menor procura e uma grande concorrência internacional devido aos produtos de Hong-Kong e do Japão colocados a um preço muito mais baixo o que tem causado falências neste sector de algumas empresas, desemprego e bastantes problemas nesse aspecto.

E o panorama político nas ilhas

Pode-se dizer que na Madeira e nos Açores a situação política se caracteriza por um gigantesco atraso motivado por características específicas e como a DORIA referiu num comunicado publicado em Janeiro deste ano ainda é correcto afirmar que os mais elementares efeitos do 25 de Abril ainda não se fizeram sentir em várias regiões dos Açores. Os mais conhecidos fascistas e reaccionários locais continuam à frente das autarquias e dos postos administrativos e lugares de ensino. O saneamento naquela região encontra-se bastante atrasado e fácil se torna verificar os dois efeitos que daí resultam, como explica Carlos Fraião: — Por um lado, ocupando

campo aberto para as suas manobras contra-revolucionárias. A situação é de tal ordem que em muitas ilhas dos Açores não são os fascistas que andam assustados ou que andam a bater em retirada, não são eles que de facto se sentem mal com a nova situação democrática. São os democratas, são as forças progressistas que têm necessidade de tomar cuidados, que têm necessidade, muitas vezes, de recuar, pois são os reaccionários que continuam a decidir dos destinos das populações e a orientar o próprio local.

Isto resulta da força que os grandes latifundiários sentem no apoio do imperialismo que ali mantém os seus interesses não só no campo militar mas económico.

Pode-se dizer que a actuação da reacção se traduz num elevadíssimo caciquismo muito saliente precisamente da falta de saneamento, o que faz com que as opções políticas das populações sejam manobradas por aqueles senhores que continuam a ocupar postos importantes. Isto é, sobretudo, visível nas freguesias rurais, onde as autarquias locais continuam na sua esmagadora maioria nas mãos dos mesmos indivíduos que estavam à frente delas antes do 25 de Abril.

Muito embora a situação se

sempre deturpam os acontecimentos de acordo com os seus interesses, voltando as populações contra o actual processo democrático, contra o MFA, contra as forças mais progressistas.

A situação, tanto na Madeira como nos Açores não evoluiu, de acordo com o processo democrático devido aos entraves que desde o 25 de Abril se fizeram sentir nesse sentido. O «saneamento» que houve foi mais aparente do que real, elucida Martins Coelho. E acrescenta:

Por exemplo, foi substituído na Madeira o governador civil pelo Dr. Fernando Ribeiro, líder do Movimento Democrático da Madeira e ligado aos interesses económicos legais. Ora esse foi o governador civil nomeado no tempo de Spínola, homem da sua confiança, que não só foi um travão constante à actividade dos partidos verdadeiramente interessados em avançar com o processo democrático como protegeu descaradamente indivíduos fascistas e que continuaram à frente de postos importantes, embora neste momento se abram boas perspectivas para o seu afastamento em virtude da actuação que a Junta de Planeamento está a desempenhar, como inclusive promoveu para lugares

e nos Estados Unidos andou envolvido em manifestações de emigrantes que surgiram na mesma altura em que lá esteve onde claramente se insinuava que talvez fosse necessário, consoante o resultado das eleições, os Estados Unidos salvarem a «liberdade do povo açoriano». Publicou naquele país artigos de apologia e defesa do MFA que não foi capaz de escrever cá. Agora que as eleições passaram e que a situação lhe é favorável já anunciou que vai regressar. E agora pergunta-se: este indivíduo vai continuar a participar no ensino oficial?

«Abaixo os portugueses»

Os mesmos homens que antes batiam com a mão no peito dizendo que a Pátria era uma e indivisível são os mesmos que agora estão interessados em fazerem a separação da Madeira e dos Açores, em relação ao continente, para obter a que o progresso que cá se está a verificar atinja também aquelas regiões e lhes faça perder os privilégios que até agora têm mantido. Esses movimentos têm redobrado as suas actividades depois das eleições. Aliás, o aspecto da autonomia foi aproveitado durante o período eleitoral de uma maneira descarada por vários partidos. O próprio Partido Socialista chegou a divulgar documentos assinados pedindo para o arquipélago da Madeira uma autonomia absoluta e integral. O PPD não ficou atrás, como é evidente, e, mais hábil, neste aspecto, falou também da separação mas apenas nas sessões de esclarecimento junto das populações rurais enquanto nas cidades foi mais comedido. Entretanto, alguns elementos mais conhecidos do MAIA — Movimento para a Autonomia das Ilhas Atlânticas — são o advogado José Maria Silva e o economista João Cristóvão de Aguiar. Ultimamente têm surgido pinturas na Madeira do seguinte teor: «Queremos turistas com dinheiro na Madeira ou abaixo os portugueses».

Significativo também é o facto de o MAIA, nos Açores, depois de ter encerradas as portas da sua sede pelas autoridades militares e as suas anteriores actividades estarem sujeitas a um inquérito pretender abrir novamente a sede no mesmo dia — 29 de Abril último — em que o PPD promoveu uma manifestação e na qual uma das palavras de ordem afirmava: «Contra a subordinação do povo açoriano Pela consagração da autonomia política-administrativa dos Açores na Constituição».

Mas as dificuldades são grandes nos Açores e na Madeira. Depois das eleições, habitantes da Câmara de Lobos tentaram saber os nomes das 45 pessoas que votaram no PCP. A eleição de um antigo deputado da assembleia fascista, Mota Amaral candidato do PPD por Ponta Delgada, e que o povo português conhece bem na medida em que foi um dos que subscreram a lei do estado de sítio e à custa da qual foram reprimidos e presos centenas de lutadores antifascistas, para além de ser considerado o braço direito de Marcelo Caetano, aliás para uma informação mais pormenorizada basta ler as intervenções deste senhor durante as sessões da assembleia fascista que estão «publicadas nos «Diários das Sessões». Este exemplo demonstra bem a situação que ainda impera nos arquipélagos.

A nossa conversa revelou que as dificuldades continuam ainda a ser grandes — disse-nos por último Luis Santos que acrescentou:

No entanto, podemos dizer que as perspectivas são favoráveis na medida em que as forças progressistas estão a aumentar o seu poder de influência e o Governo Provisório e o Conselho da Revolução estão cada vez mais atentos à situação na Madeira e nos Açores, ao mesmo tempo que o Governo Provisório está a pensar num conjunto de medidas que a seu tempo darão efeitos muito positivos em relação à solução dos problemas das populações madeirenses e açorianas. Acontece que muitos problemas em que a reacção encontra campo fácil para manobrar é onde os problemas económicos-sociais não estão ainda resolvidos e são difíceis. É evidente que para solucionar esses problemas são necessários investimentos e têm de ser vistos à es-

cala da economia nacional. No entanto nota-se um desbloqueamento progressivo da situação. Entre algumas medidas em curso medidas que o Partido sempre apoiou e reivindicou e continuamos a lutar para que elas se concretizem rapidamente, podemos apontar entre outras, só como exemplo, os problemas dos transportes de produtos agrícolas, pecuários e pescas, o problema do fomento e da multiplicação de cooperativas, que vão solucionar os problemas de pequenos comerciantes, dos pescadores e dos agricultores. Outro problema que parece vir a solucionar-se diz respeito à nacionalização de certas empresas importantes ao nível dos arquipélagos, como os tabacos, unidades de tratamento de leite, criação de organismos que assegurem uma comercialização séria e honesta entre os produtores e consumidores, quer das ilhas, quer do continente, quer do estrangeiro, a criação de uma rede frigorífica que no próprio local normalize o consumo, como é o caso das pescas dos Açores, o plano de electrificação rural, que também terá a sua incidência na crise da construção civil, a ajuda concreta aos camponeses, a resolução do problema da colónia na Madeira, a luta contra o desemprego pela tentativa da reactivação de outros sectores e da estruturação de certos sectores produtivos como, por exemplo, a questão dos bordados, turismo, pecuária, artesanato, pesca. Tudo isto poderá vir a resolver um problema que neste momento tem a sua dimensão e a sua gravidade: que é o desemprego. Ainda relacionado com este assunto, uma questão que o Partido acha que deve ser apre-

endida urgentemente aos arquipélagos é a efectiva realização do subsídio de desemprego já decretado pelo Governo Provisório. Estas são um conjunto de medidas que a DORIA e o nosso Partido sempre propuseram e que segundo parece neste momento, têm todas as possibilidades de se virem a concretizar. A outro nível e no qual deverão ser tomadas medidas em breve diz respeito a novos órgãos administrativos dinâmicos e progressistas como por exemplo a criação recente da Junta de Planeamento da Madeira, que deve ser extensiva também aos Açores. A questão da televisão parece estar em vias de ser solucionada dará uma boa contribuição para a solução de problemas e, concretamente, para a luta política contra a reacção. Uma maior e melhor autonomia administrativa para os distritos dos arquipélagos e que o Partido apoiou devido a problemas muito específicos mas que não tem nada a ver, é evidente, com o falso e reaccionário problema da autonomia política e da dependência que a reacção utiliza. Neste conjunto de medidas não podemos pensar que vão ser realizadas pelo Governo Provisório directamente de Lisboa. É evidente que os partidos políticos têm um papel muito importante a desenvolver na medida em que poderão mobilizar, organizar e chamar as populações para a resolução dos seus próprios problemas.

A experiência do trabalho do Partido Comunista nas ilhas revela, as dificuldades da luta contra a reacção que foi obrigado a travar durante estes últimos meses. No entanto, conseguimos já uma implantação geral ao nível de todo o arquipélago e conseguimos principalmente, pelo desenvolvimento da luta política, trazer e melhorar um conjunto de quadros, trabalhadores, empregados, intelectuais camponeses, que serão os dirigentes futuros da luta das populações da Madeira e dos Açores pela resolução dos seus próprios problemas. A orientação principal do nosso Partido é esclarecer as populações, orientar as suas lutas, e nesse sentido toda a actividade da DORIA tem contribuído notoriamente para a abertura de um novo horizonte. Também a acção do nosso Partido tem sido essencial para denunciar e isolar a reacção.

Elevar o nível de consciencialização política da população e, portanto, chamá-la a organização na luta pelos seus direitos, isto é interessar as populações perante os problemas que se lhe põem tem sido a actividade do nosso Partido e há razões de confiança para pensar que estes objectivos podem vir a ser alcançados.



Carlos Fraião, Martins Coelho e Luis Santos falando à nossa reportagem sobre a situação política e económica da Madeira e dos Açores

esses postos os reaccionários provocam entraves ao processo de democratização na medida em que têm nas mãos meios para isso, por outro lado a permanência de uma situação como esta lança entre as populações um descrédito em relação ao processo revolucionário e as pessoas recusam-se a acreditar, em muitas regiões daquelas ilhas, que alguma coisa tenha mudado em Portugal, já que continuam a ver à frente dos postos importantes os mesmos indivíduos que conheceram como devotados fascistas. Mas o atraso da situação política não se caracteriza apenas por este panorama. Os próprios meios de comunicação social contribuem grandemente para o obscurantismo e fazem tudo o que podem para que o povo não seja elucidado. Assintomas, neste momento, nos Açores, ao facto de que muitos jornais informam o povo açoriano a partir de notícias sobre a revolução democrática portuguesa colhidas em fontes como a Rádio Colónia, BBC e outras emissoras da Europa Ocidental que, como bem sabemos, não têm primado por dizer bem da revolução portuguesa, antes pelo contrário, têm deformado o conteúdo da revolução democrática. Ainda há bem pouco tempo havia um jornal de S. Miguel que se fazia eco de uma notícia da Voz da Alemanha, segundo a qual nos três dias seguintes ao falhanço do golpe contra-revolucionário de 11 de Março cerca de 20 000 portugueses teriam fugido clandestinamente para Espanha.

A reacção nos Açores e particularmente na ilha de S. Miguel — não nos devemos espantar com isso, pois é lá que estão as grandes estruturas agrárias, é lá que as classes monopolistas estão fixadas e é lá que a classe dominante tem muito a defender — continua impunemente a ter

tenha modificado nalguns locais ainda há sítios onde se torna impossível aos partidos políticos progressistas fazerem-se ouvir e isto não aconteceu apenas ao Partido Comunista Português, aconteceu, inclusive, em S. Miguel, com o MDP e o próprio Partido Socialista, que viu sessões suas boicotadas durante a campanha eleitoral e antes.

O 25 de Abril só agora começou a dar os primeiros passos na Madeira, explicou-nos depois Martins Coelho, acentuando que um factor que pesa na falta de consciencialização da população é o analfabetismo e por outro lado, a situação económica é uma ajuda para a manutenção desta situação, pois na verdade não houve uma melhoria neste aspecto e os ordenados mínimos ainda não são pagos às classes trabalhadoras. No respeitante à vida sindical esta é extremamente parada, com pouca participação dos trabalhadores e a continuação à frente destes organismos de classe de indivíduos reaccionários ou então demagogos, ou elementos esquerdistas.

Faz-se sentir também a pouca participação ainda dos partidos políticos verdadeiramente progressistas e em relação aos jornais existe uma contra-informação permanente na ilha da Madeira, à excepção do «Diário de Notícias» que é o único jornal que tem remado contra a maré e tem procurado dar uma informação objectiva e honesta. Por outro lado, se existe já televisão na Madeira muito embora os programas sejam passados com um dia de atraso, toda a região norte da ilha não vê televisão e pouco ouve a rádio, estando a população dependente, na maior parte dos casos, das informações que lhes dá o clero mais reaccionário ou o cacique local e que quase